



# Boletim de Conjuntura Econômica

# 14

abril e maio/21

sãojudas›

usjt.br

## Sumário

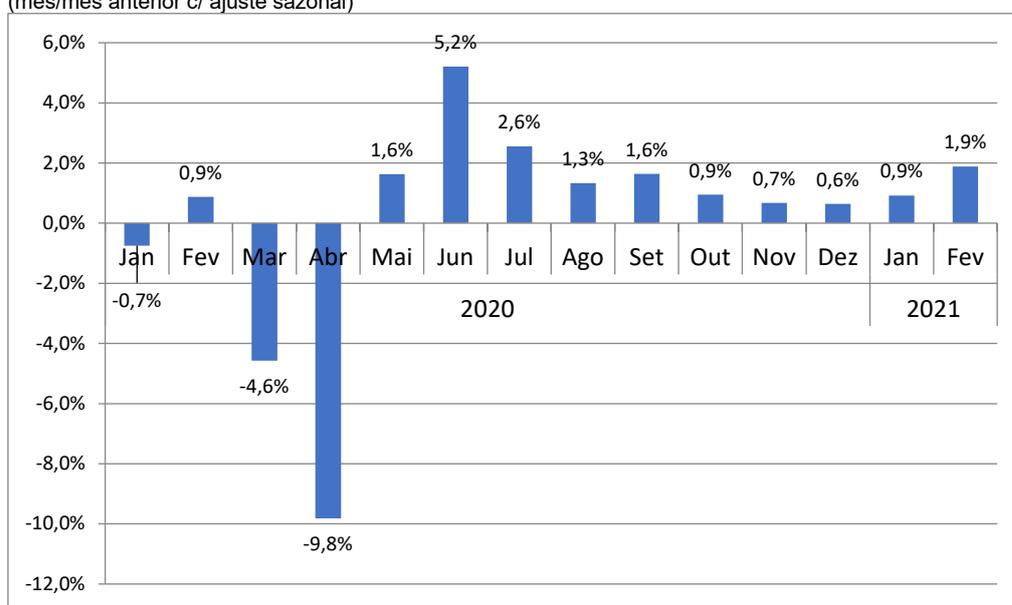
- 1. Atividade Econômica**
- 2. Inflação e Preços**
- 3. Mercado de Trabalho**
- 4. Contas Públicas**
- 5. Contas Externas**
- 6. Crédito, Juros e Bolsa**
- 7. Considerações Finais**

## 1. Atividade Econômica

### IBC- BR

O Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-BR), uma prévia do produto interno bruto da autoridade monetária, sinalizou uma alta de 1,9 % em fevereiro em comparação ao mês anterior. Quando posto em uma frente anual, fevereiro 2020, o índice registra uma expansão 1,19 %, sem o ajuste sazonal, conforme pode ser visto no gráfico 1.

**Gráfico 1 - Evolução mensal do IBC-BR**  
(mês/mês anterior c/ ajuste sazonal)

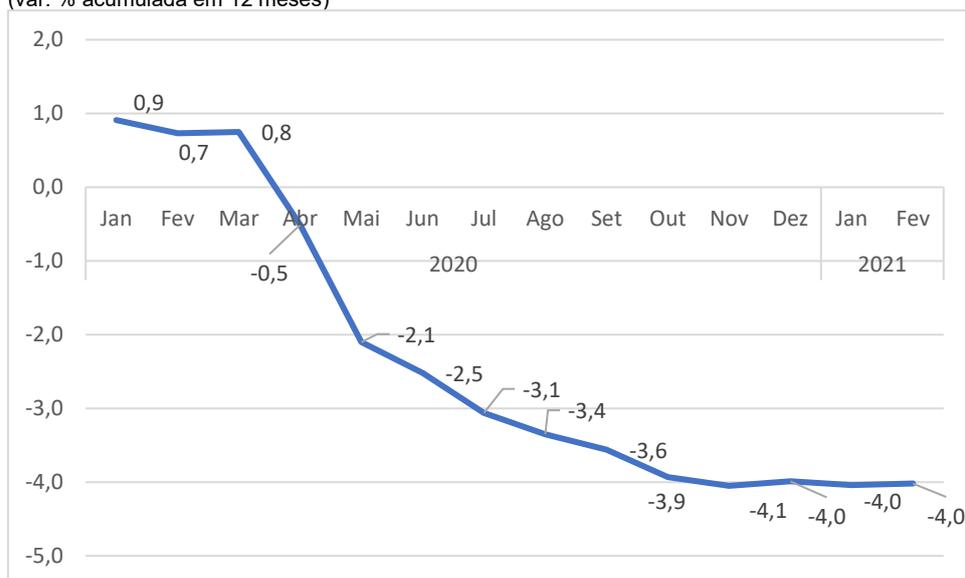


Fonte: Banco Central  
Elaboração: GT de Atividade Econômica USJT

O índice registra as tendências a curto prazo, que engloba estimativas referentes ao setor agropecuário, indústria e serviços. Tendo resultados positivos, desde o ano passado que registramos quedas históricas devido a pandemia, com recuperações em maio, onde a atividade apresenta alta. No resultado frente a janeiro nos indica uma aceleração na atividade econômica, graças a queda no distanciamento social, puxado pelo setor do comércio e de serviços. No acumulado de doze meses até fevereiro houve uma queda de 4,02%, quarto mês seguido em a queda no acumulado se situa estável na faixa de 4%. No gráfico 2 e 3 estão do acumulado em 12 meses e a evolução do número-índice.

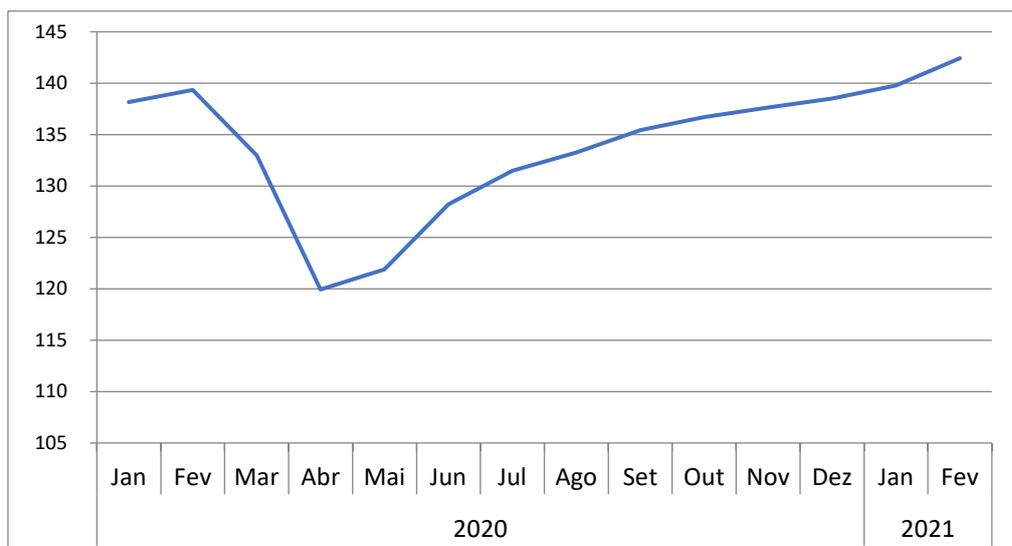
**Gráfico 2 - IBC-BR - atividade econômica**

(var. % acumulada em 12 meses)



Fonte: Banco Central  
 Elaboração: GT de Atividade Econômica USJT

**Gráfico 3 - Evolução mensal do IBC-BR (em número-índice)**



Fonte: Banco Central  
 Elaboração: GT de Atividade Econômica USJT

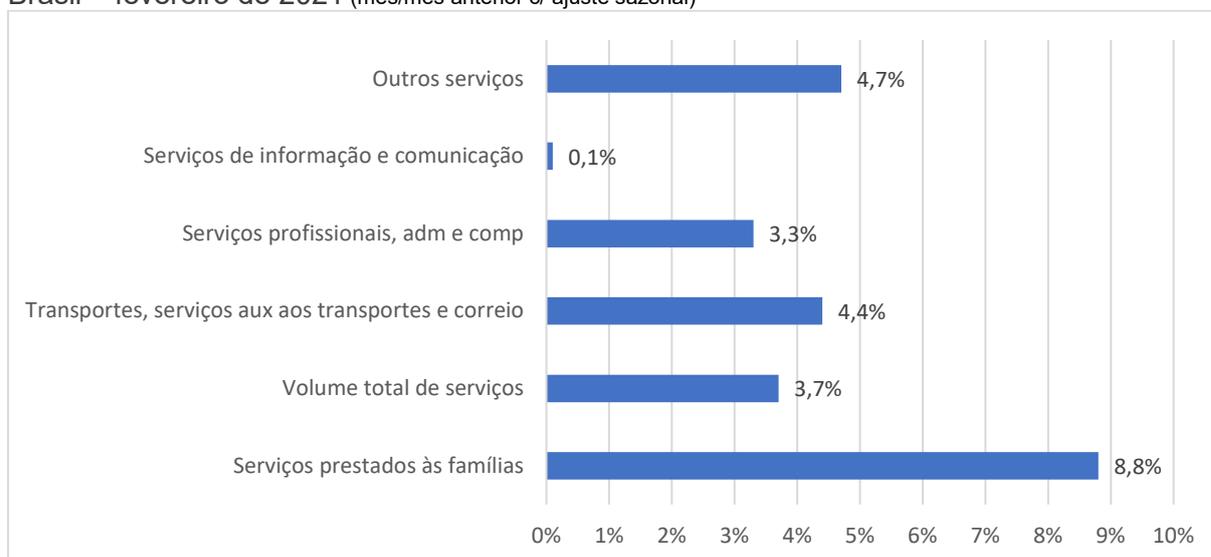
**SERVIÇOS**

Em fevereiro de 2021, o volume de serviços no Brasil registrou um aumento de 3,7% frente ao mês anterior, na série livre de influências sazonais. Com isso, o setor de serviços supera pela primeira vez o nível pré-pandemia, já que agora se encontra 0,9% acima do patamar de fevereiro de 2020. A taxa anualizada, indicador acumulado nos últimos doze meses, ao recuar 8,6% em fevereiro de 2021, manteve a trajetória

descendente iniciada em janeiro do ano passado (1,0%) e apontou o resultado negativo mais intenso.

O avanço de 3,7% do volume de serviços, observado na passagem de janeiro para fevereiro de 2021, foi acompanhado por todas as cinco atividades analisadas, com destaque para a expansão vinda de transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio (4,4%), que ao registrar ganho acumulado de 8,7% nos dois primeiros meses do ano, acaba superando em 2,8% o patamar de fevereiro do ano passado. Por sua vez, os serviços profissionais, administrativos e complementares (3,3%) e os prestados às famílias (8,8%) encurtaram o distanciamento frente ao período pré-pandemia, para -2,0% e -23,7%, esse último ainda em um nível ainda bem inferior. Enquanto os ramos de outros serviços (4,7%) e de informação e comunicação (0,1%) se encontram, nesta ordem, 1,0% e 2,6% acima do nível de fevereiro de 2020. No gráfico 4 é apresentada a variação mensal.

**Gráfico 4 - Variação Mensal do Setor de Serviços**  
Brasil – fevereiro de 2021 (mês/mês anterior c/ ajuste sazonal)

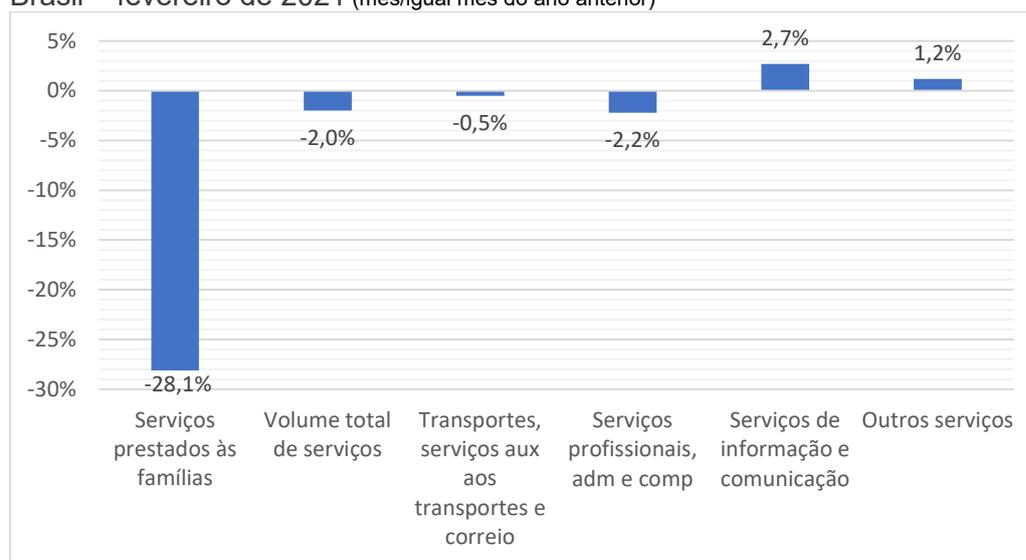


Fonte: IBGE – Pesquisa Mensal de Serviços - PMS  
Elaboração: GT de Atividade Econômica USJT

Na comparação com igual mês do ano anterior, o volume do setor de serviços recuou 2,0% em fevereiro de 2021. O resultado deste mês trouxe retração em três das cinco atividades e contou ainda com crescimento em 38,0% dos 166 tipos de serviços investigados. Entre os setores, os serviços prestados às famílias (-28,1%) exerceram a influência negativa mais importante sobre o volume total de serviços, pressionados, em grande medida, pela queda nas receitas das empresas que atuam

nos ramos de restaurantes, hotéis, serviços de bufê e atividades de condicionamento físico. Os demais recuos vieram dos serviços profissionais, administrativos e complementares (-2,2%) e dos transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio (-0,5%). Em contrapartida, as contribuições positivas desse mês ficaram com informação e comunicação (2,7%) e outros serviços (1,2%), impulsionados, sobretudo, pelo aumento de receita das empresas pertencentes aos ramos de portais, provedores de conteúdo e ferramentas de busca na Internet, desenvolvimento e licenciamento de softwares, outras atividades de telecomunicações e suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação e de recuperação de materiais plásticos, corretoras de títulos e valores imobiliários, administração de bolsas e mercados de balcão organizados, atividades de apoio à produção florestal e administração de fundos por contrato ou comissão.

**Gráfico 5 – Variação Mensal do Setor de Serviços**  
Brasil – fevereiro de 2021 (mês/igual mês do ano anterior)



Fonte: IBGE – Pesquisa Mensal de Serviços - PMS  
Elaboração: GT de Atividade Econômica USJT

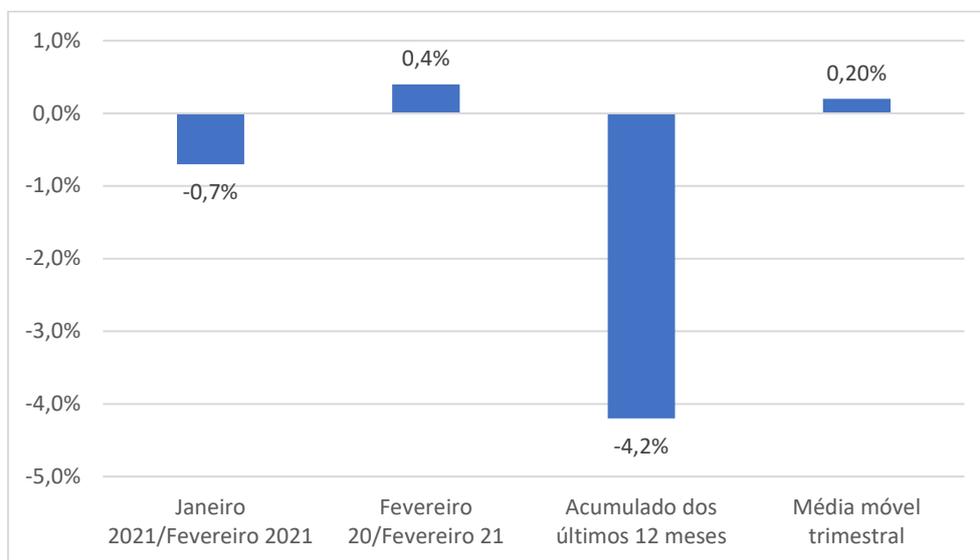
## Indústria

Em fevereiro de 2021, a produção industrial mostrou queda de 0,7% frente ao mês imediatamente anterior, na série livre de influências sazonais. Ainda se mantendo na série sem ajuste sazonal, no confronto com igual mês do ano anterior, o total da indústria apontou avanço de 0,4% em fevereiro de 2021.

Assim, o setor industrial demonstrou crescimento de 1,3% nos dois primeiros meses de 2021 sobre o mesmo período de 2020. A taxa anual, indicador acumulado nos últimos doze meses, ao registrar redução de 4,2% em fevereiro de 2021, repetiu

o resultado de janeiro último, com recuo menos elevado, permanecendo, dessa forma, com perdas menos intensas do que as observadas nos meses anteriores.

**Gráfico 6** - Variação percentual da produção da Indústria Brasil – fevereiro de 2021

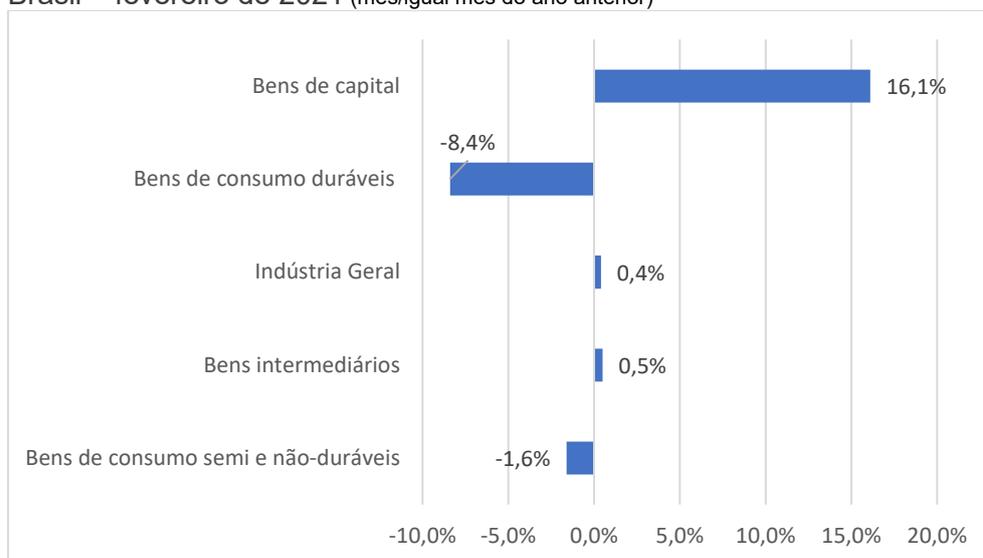


Fonte: IBGE – Pesquisa Industrial Mensal - PIM  
Elaboração: GT Atividade Econômica da USJT

O setor produtor de bens de capital avançou 16,1% em fevereiro de 2021 frente a igual período do ano anterior, sexta taxa positiva consecutiva nesse tipo de comparação. A produção de bens intermediários apontou expansão de 0,5% no índice mensal de fevereiro de 2021, oitavo resultado positivo consecutivo nesse tipo de comparação, mas o menos intenso dessa sequência.

Ainda no confronto com igual mês do ano anterior, o segmento de bens de consumo semi e não-duráveis mostrou queda de 1,6% em fevereiro de 2021, após também recuar em janeiro último (-0,6%). O setor produtor de bens de consumo duráveis recuou 8,4% em fevereiro de 2021 frente a igual período do ano anterior, acentuando, dessa forma, a queda assinalada em janeiro último (-4,1%).

**Gráfico 7 – Produção Indústria - variação por categoria de produto**  
Brasil – fevereiro de 2021 (mês/igual mês do ano anterior)



Fonte: IBGE – Pesquisa Industrial Mensal - PIM  
Elaboração: GT Atividade Econômica da USJT

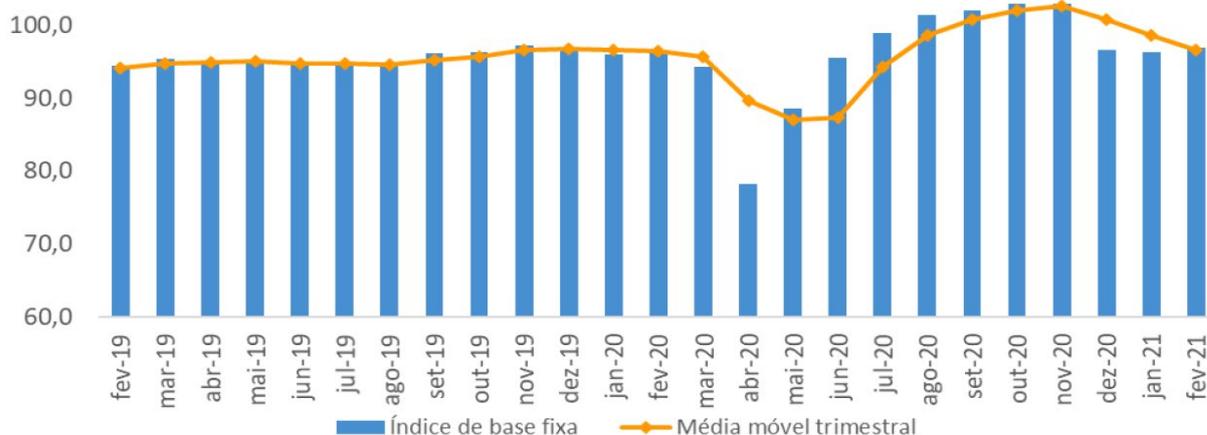
## COMÉRCIO

### COMÉRCIO VAREJISTA

Em fevereiro de 2020, o volume de vendas do comércio varejista nacional cresceu 0,6% frente ao mês imediatamente anterior, na série livre de influências sazonais, após variação de -0,2% em janeiro. Com isso, o índice de média móvel trimestral para o varejo mostrou variação negativa de 2,0% no trimestre encerrado em fevereiro, 0,1 p.p. acima da variação do trimestre encerrado em janeiro (-2,1%).

Na série sem ajuste sazonal, o comércio varejista assinalou queda de 3,8% em fevereiro de 2021 frente ao patamar de vendas de fevereiro de 2020. No acumulado do primeiro bimestre de 2021, contra igual período do ano anterior, o varejo apresentou decréscimo de 2,1%. A taxa anualizada, indicador acumulado nos últimos doze meses, ao registrar variação de 0,4% em fevereiro de 2021, mantém trajetória de diminuição de ritmo pelo quarto mês consecutivo, já que havia registrado os valores de 1,3%, 1,2% e 1,0% em novembro, dezembro e janeiro, respectivamente.

**Gráfico 8** – Volume de vendas do varejo com ajuste sazonal – Índice de base fixa e média móvel – fevereiro/19 –fevereiro/21



Fonte: IBGE - PMC

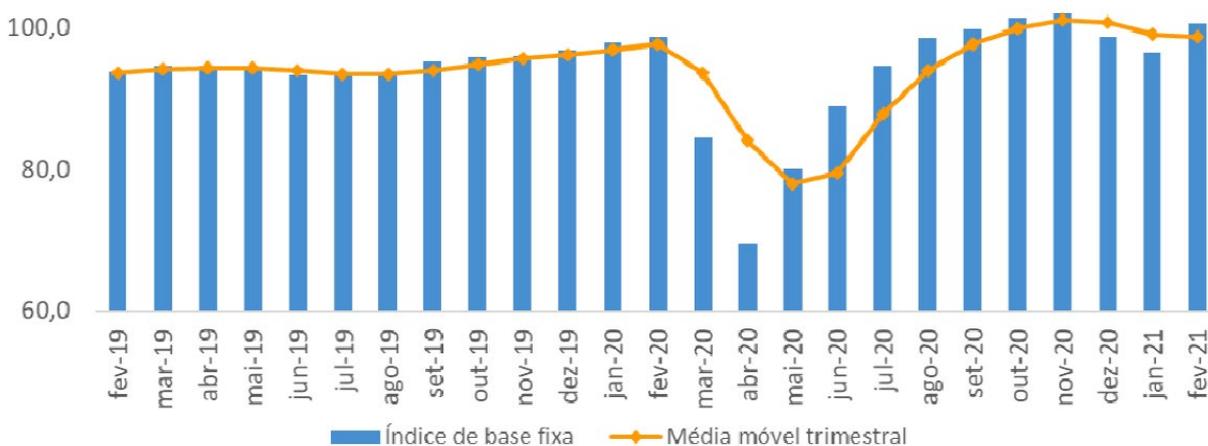
Elaboração: GT Atividade Econômica da USJT

## COMÉRCIO VAREJISTA AMPLIADO

Para o comércio varejista ampliado, que inclui, além do varejo, as atividades de veículos, motos, partes e peças e de material de construção, o volume de vendas, com aumento de 4,1% em relação a janeiro de 2021, registrou o primeiro mês de variação positiva após dois meses de queda, contribuindo, assim, para que a média móvel do trimestre encerrado em fevereiro (-0,5%) diminuísse o ritmo de queda com relação ao trimestre encerrado em janeiro (-1,6%).

O comércio varejista ampliado, frente a fevereiro de 2020, recuou 1,9%, segunda negativa consecutiva (-3,1% em janeiro), após seis meses de altas consecutivas. Assim, o varejo ampliado fecha o primeiro bimestre de 2021 com -2,5% em relação ao mesmo período de 2020. O indicador acumulado nos últimos doze meses, ao passar de -2,0% até janeiro para -2,3% em fevereiro, aponta queda no ritmo de vendas.

**Gráfico 9 – Volume de vendas do varejo ampliado com ajuste sazonal – índice de base fixa e média móvel – janeiro/19 – setembro/20**



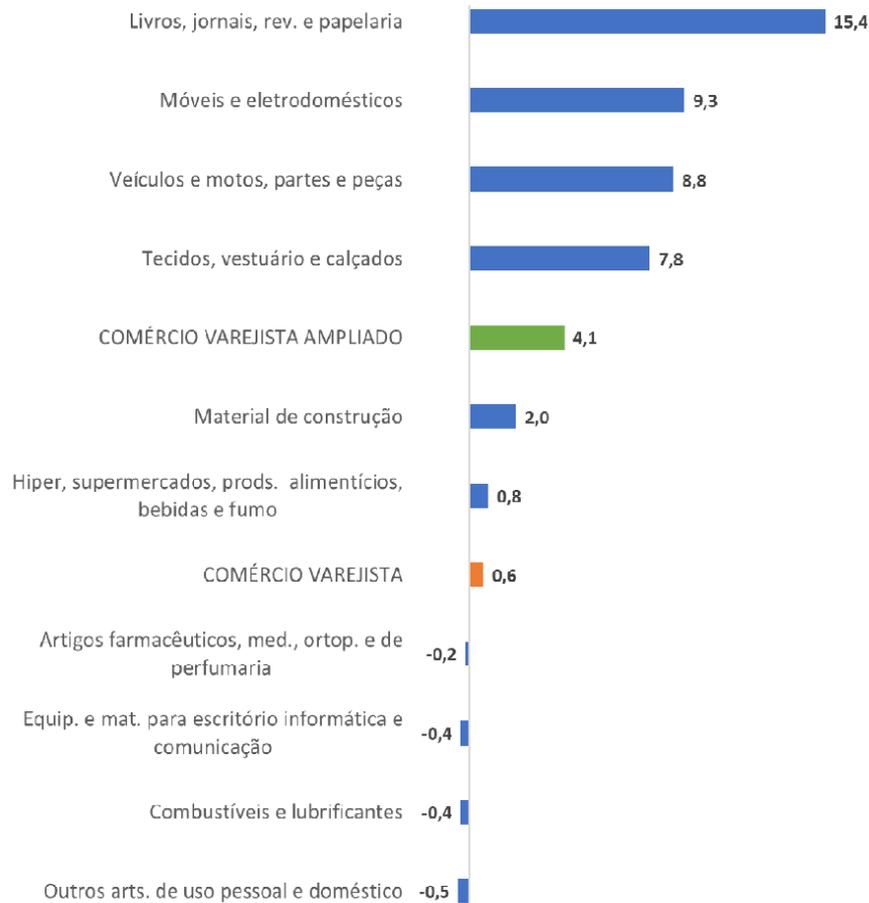
Fonte: IBGE – Pesquisa Mensal do Comércio - PMC  
 Elaboração: GT Atividade Econômica da USJT

## RESULTADOS SETORIAIS

O avanço de 0,6% assinalado pelo volume de vendas do comércio varejista na passagem de janeiro para fevereiro de 2021, na série com ajuste sazonal, foi influenciado por quatro atividades das oito pesquisadas. Entre os setores que mostraram aumento nas vendas em fevereiro, o destaque foi para livros, jornais, revistas e papelaria (15,4%), seguido por móveis e eletrodomésticos (9,3%), tecidos, vestuário e calçados (7,8%) e hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (0,8%). Por outro lado, pressionando negativamente o resultado de fevereiro destacou-se: Outros artigos de uso pessoal e doméstico (-0,5%), seguido por Combustíveis e lubrificantes (-0,4%), equipamentos e material para escritório, informática e comunicação (-0,4%) e artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos (-0,2%), conforme mostra Gráfico 3. Considerando o comércio varejista ampliado, em fevereiro, o volume de vendas cresceu 4,1%, frente a janeiro de 2021, na série com ajuste sazonal. Para essa mesma comparação, os setores de Veículos, motos, partes e peças e Material de construção registraram variação positiva de, respectivamente, 8,8% e 2,0%.



**Gráfico 10** – Volume de vendas do comércio varejista e varejista ampliado por segmento – Indicador mês/mês imediatamente anterior – Série com ajuste sazonal – setembro 2020



Fonte: IBGE – Pesquisa Mensal do Comércio - PMC  
Elaboração: GT Atividade Econômica da USJT

## 2. Inflação e Preços

### Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA IBGE

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de abril foi de 0,31%, 0,62 pontos percentuais acima da taxa de março (0,93%). No ano, o IPCA acumula alta de 2,37% e, nos últimos 12 meses, de 6,76%, acima dos 6,10% observados nos 12 meses imediatamente anteriores. Em abril de 2020, a variação havia sido de -0,31%.

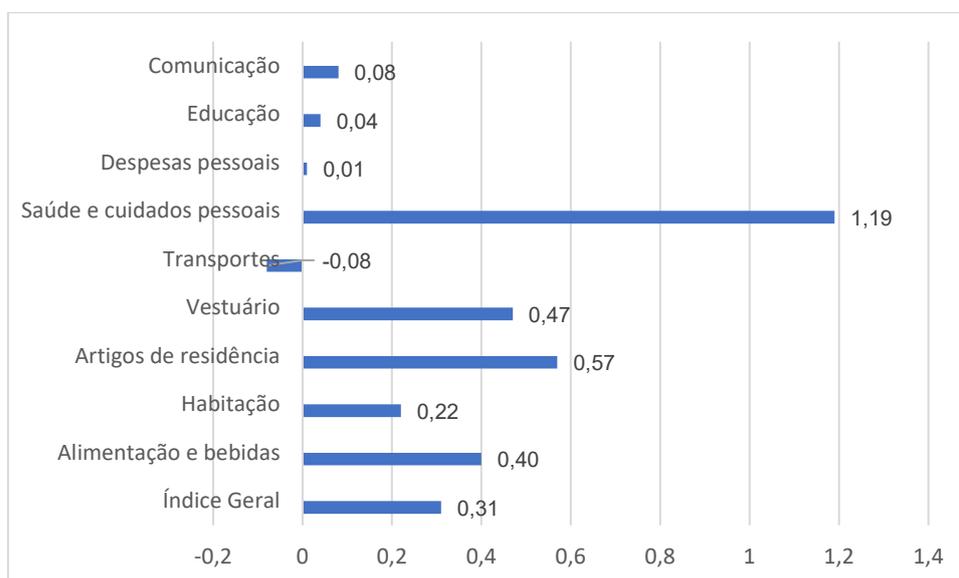
**Tabela 1** - IPCA-IBGE. Variação mensal, acumulada e a ponderação por capital. Brasil – abril de 2021.

Região	Peso Regional (%)	Variação (%)		Variação Acumulada (%)	
		Março	Abril	Ano	12 meses
Rio Branco	0,51	0,96	0,96	3,46	10,04
Aracaju	1,03	1,09	0,75	3,31	5,88
Fortaleza	3,23	0,72	0,75	3,36	8,03
Belém	3,94	0,80	0,70	2,90	7,32
Rio de Janeiro	9,43	0,78	0,56	1,91	5,36
Recife	3,92	0,62	0,48	2,40	7,34
Campo Grande	1,57	0,96	0,46	2,90	9,22
Curitiba	8,09	1,33	0,46	3,18	8,23
São Luiz	1,62	0,70	0,43	2,28	8,21
Vitória	1,86	1,10	0,38	2,94	7,53
Belo Horizonte	9,69	1,18	0,37	2,63	7,18
Goiânia	4,17	1,46	0,20	2,26	7,77
Porto Alegre	8,61	0,95	0,19	2,25	6,62
São Paulo	32,28	0,75	0,14	1,97	6,15
Salvador	5,99	0,81	0,09	2,10	5,96
Brasília	4,06	1,44	0,05	2,74	6,86
Brasil	100	0,93	0,31	2,37	6,76

Fonte: IBGE – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.  
Elaboração: GT Inflação e Preços da USJT

Dos nove grupos de produtos e serviços pesquisados, sete tiveram alta em novembro. A maior variação (1,19%) e o maior impacto (0,16 p.p.) foram observados no grupo saúde e cuidados pessoais, que acelerou frente a janeiro (-0,02%). A segunda maior contribuição (0,26 p.p.) veio do grupo alimentação e bebidas (0,09%).

**Gráfico 11 – IPCA – IBGE** Variação percentual mensal por grupos  
Brasil – abril de 2021 (em %)



Fonte: IBGE – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.  
Elaboração: GT Inflação e Preços da USJT

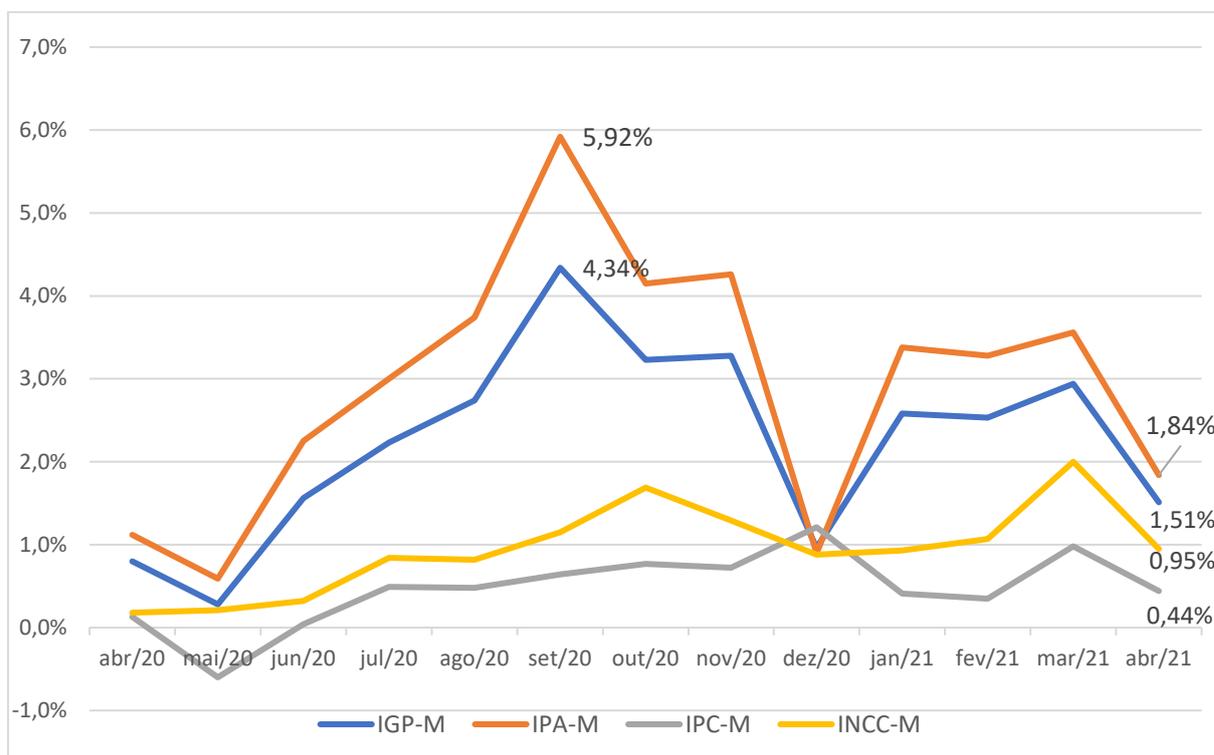
### **Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna IGP-M- FGV**

O IGP-M é divulgado mensalmente pela FGV (Fundação Getúlio Vargas) e registra a inflação de preços ao produtor, consumidor e construção civil. Seu resultado é a média aritmética ponderada dos índices IPA (Índice de Preços por Atacado), IPC (Índice de Preços ao Consumidor) e INCC (Índice Nacional do Custo da Construção), com pesos de 60%, 30% e 10%, respectivamente.

No mês de abril de 2021 o índice teve um aumento de 1,51%. A taxa foi inferior à apuração de março, que apresentou um aumento de 2,94%. Com este resultado, o IGP-M acumula alta de 9,89% no ano e 32.02% nos últimos 12 meses.

Os três índices econômicos do IGP-M registraram alta em abril, sendo o IPA o índice que teve maior peso no avanço da taxa do IGP (1,84%), influenciado principalmente pelos preços dos *produtos industriais* (1,88%). O IPC registrou alta de 0,44%. Seis das oito classes de despesa apresentaram alta, sendo que o maior crescimento foi em transportes (1,03%). Já o INCC apresentou um aumento de 0,95% no período, ante 2% no mês anterior.

Gráfico 12 - Variação mensal por componente do IGP-M, abril de 2021 (em %).



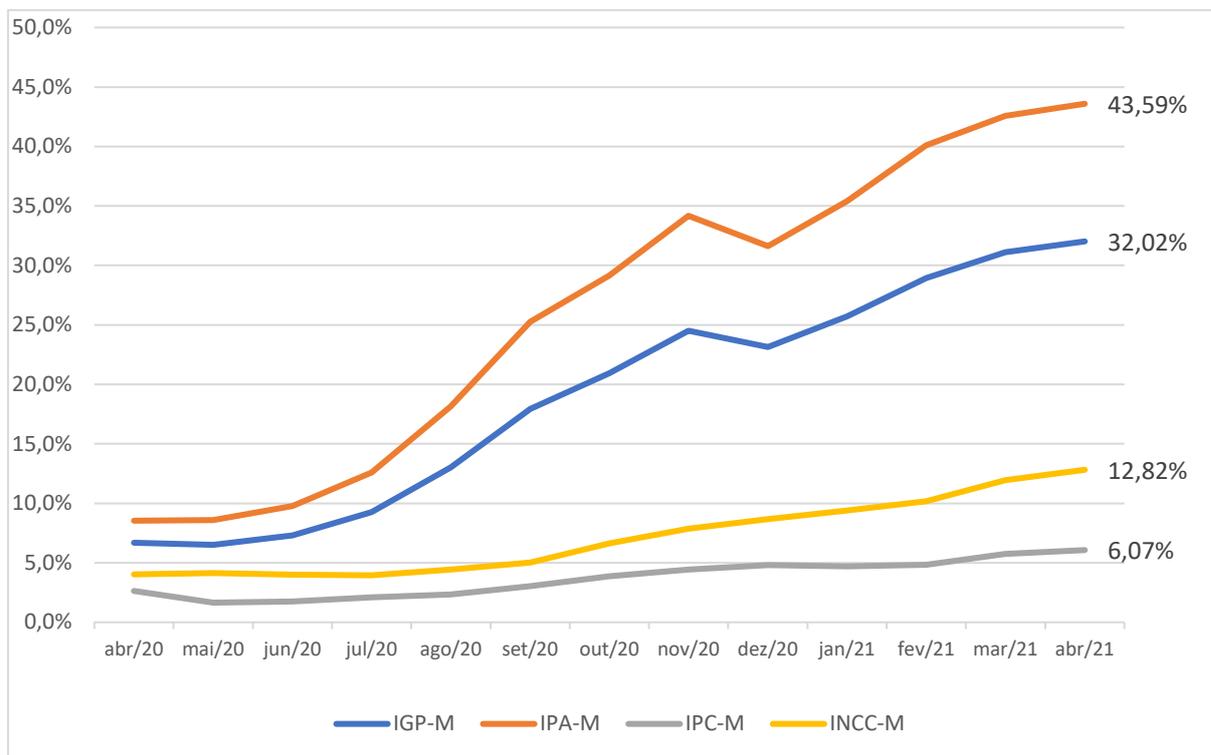
Fonte: IBRE-FGV  
Elaboração: GT Inflação e Preços da USJT

No acumulado dos últimos 12 meses, o IGP-M chegou a 32,02%, fortemente impactado pelo IPA (43,59%), que está em seu segundo maior valor acumulado em 12 meses desde do Plano Real. Já o IPC e INCC, apesar de também estarem em alta, 6,07% e 12,82% respectivamente, se situam em patamar bem inferior ao IPA.

O descolamento se explica pelo fato de o Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA), que engloba variações de preços nos setores industrial e agropecuário – como *commodities* e insumos – ter um peso de 60% do IGP-M e ser muito sensível à variação cambial por estas serem cotadas em dólar.

Esse aumento também tem reflexo ainda das consequências causadas pela pandemia que devido à desvalorização cambial do real frente ao dólar, favorece a demanda para as exportações brasileiras, reduzindo a oferta dentro do Brasil e também aos repasses de preços com cotação internacional em dólar ao mercado interno, como o caso dos combustíveis.

**Gráfico 13** – IGP-M, IPA-M, IPC-M e INCC-M acumulado em 12 meses (em %).



Fonte: IBGE, IBRE-FGV

Elaboração: GT Inflação e Preços da USJT

### 3. Mercado de Trabalho

O mercado de trabalho tem apresentado reflexos bastante preocupantes frente aos efeitos econômicos da pandemia, que apresentou forte retração da atividade econômica. A taxa de desocupação no trimestre móvel de dezembro de 2020 a fevereiro de 2021 foi de 14,4%, leve aumento sobre o trimestre móvel imediatamente anterior, que foi de 14,1%, mas que coloca a taxa como a maior da série histórica, iniciada em 2012, para o trimestre móvel. Na comparação contra o trimestre móvel do ano anterior, 11,6%, o aumento em relação aos períodos foi de 2,5 p.p.

**Tabela 2** Taxa e variação de desocupação, ocupação, subutilização e participação na força de trabalho por trimestre.

Taxas (%)	dez-jan-fev 2020	set-out-nov 2020	dez-jan-fev 2021	Var. Trimestre Anterior	Var. Ano Anterior
Taxa de Desocupação	11,6	14,1	14,4	0,3	2,7
Nível da ocupação	54,5	48,6	48,6	0,0	-5,9
Taxa de participação na força de trabalho	61,7	56,6	56,8	0,2	-4,9
Taxa combinada de desocupação e subocupação por insuficiência de horas trabalhadas	17,8	20,8	21,2	0,4	3,5

Total (em mil pessoas)	dez-jan-fev 2020	set-out-nov 2020	dez-jan-fev 2021	Var. Trimestre Anterior	Var. Ano Anterior
Na força de trabalho	106.052	99.601	100.322	0,7%	-5,4%
Ocupados	93.710	85.578	85.899	0,4%	-8,3%
Desocupados	12.343	14.023	14.423	2,9%	16,9%
Fora da força de trabalho	65.937	76.413	76.431	0,0%	15,9%

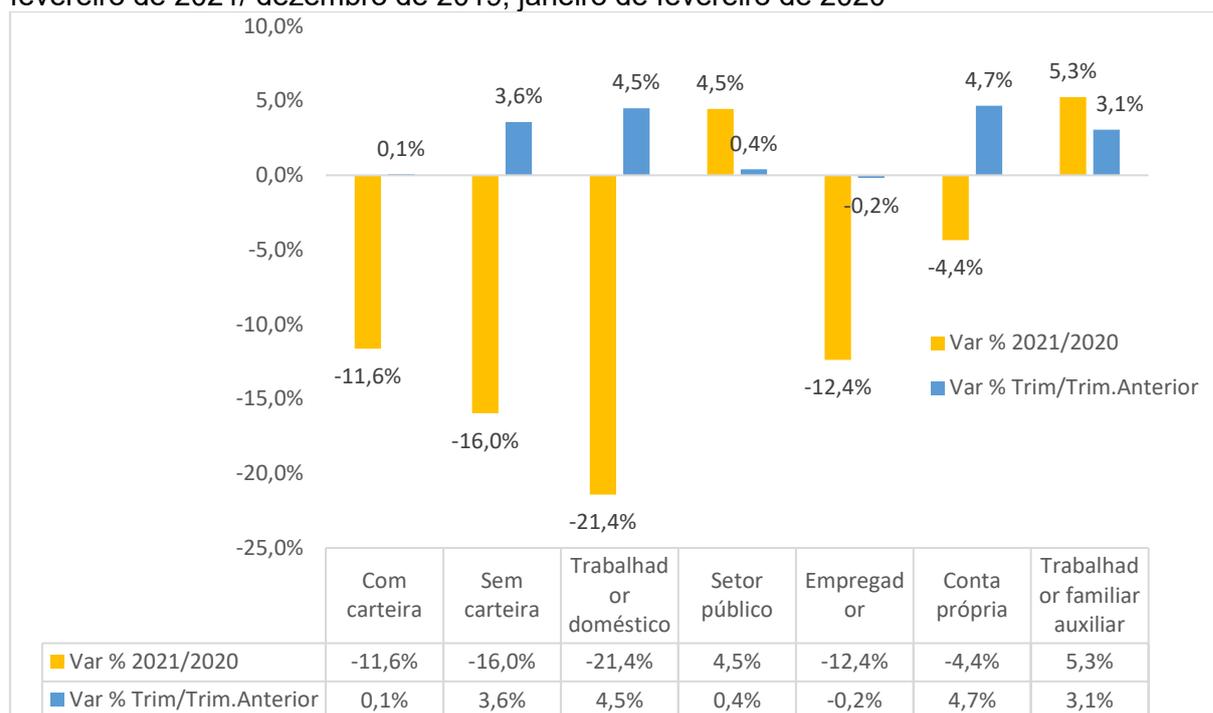
Fonte: IBGE – PNAD Contínua  
 Elaboração: GT Mercado de Trabalho da USJT

O número de pessoas desocupadas totaliza um contingente de 14.4 milhões de pessoas. Comparado ao trimestre anterior, esse contingente representa um aumento de 2,9% - acréscimo de 400 mil pessoas - quando o país somava 14 milhões de desocupados, já em comparação ao mesmo período de 2019, o total de desocupados no país subiu 16,9% (2 milhões de pessoas).

O número de pessoas ocupadas soma 85,8 milhões de pessoas, apresentando uma redução de 320 mil pessoas (0,4%) em relação ao trimestre anterior e – 11.337 em relação ao mesmo período de 2019, uma variação de – 1,1% e – 12,1%, respectivamente.

Em relação à posição na ocupação, na comparação com o trimestre imediatamente anterior a conta própria e o trabalhador doméstico apresentaram crescimento de 4,7% e 4,5%, respectivamente, seguidos pelo emprego no setor privado sem carteira assinada (3,6%). Já na comparação com mesmo trimestre móvel de 2020, exceto o emprego no setor público, quase todas as ocupações apresentaram expressivas quedas, com destaque para o trabalhador doméstico (-21,4%) e empregado sem carteira assinada (-16%).

**Gráfico 14:** Variação percentual da ocupação por posição – dezembro de 2020, janeiro e fevereiro de 2021/ dezembro de 2019, janeiro de fevereiro de 2020



Fonte: IBGE – PNAD Contínua  
 Elaboração: GT Mercado de Trabalho da USJT

Em relação aos setores de atividade econômica, com exceção da administração pública e o agronegócio, pesca e agricultura, que apresentaram crescimento no entorno de 2%, todas as atividades apresentaram forte redução entre os trimestres respectivos de 2020 e 2021. A maior queda percentual foi observada na

atividade de alojamento e alimentação (-27,4%) ou 1,5 milhão de postos de trabalho. Em número de vagas fechadas, os destaques foram no setor de comércio, com redução de 1,9 milhão de ocupações, ou -11,1%. A tabela 3 apresenta as variações por grupo de atividade.

**Gráfico 15** – Ocupados e taxa de variação por grupamento de atividade – dezembro de 2020, janeiro e fevereiro de 2021/ dezembro de 2019, janeiro de fevereiro de 2020



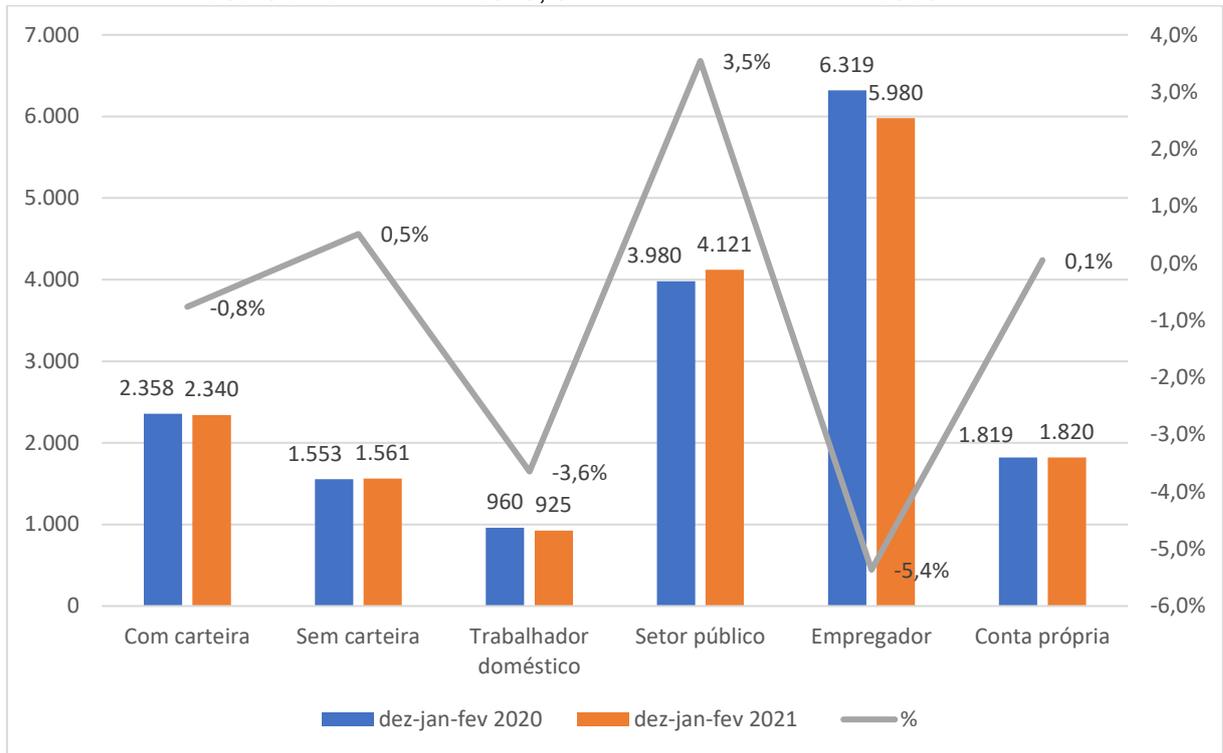
Fonte: IBGE – PNAD Contínua  
Elaboração: GT Mercado de Trabalho da USJT

## Rendimentos

O cenário de dificuldade econômica atual que tem como principais características e recuperação lenta da atividade econômica, geração insuficiente de ocupações e a alta da inflação alterou significativamente o cenário em relação aos rendimentos do trabalho. Até pouco tempo atrás os rendimentos estavam se mantendo em certa estabilidade, até com casos de crescimento em algumas ocupações, porém, agora o que se observa é queda da renda média em praticamente todas as ocupações, com destaque para os empregadores (- 5,4%) e o trabalhador doméstico (-3,6%) na comparação com o mesmo trimestre de 2020.



**Gráfico 16:** Rendimento real médio por posição na ocupação – Dezembro de 2020, Janeiro e Fevereiro de 2021/ Dezembro de 2019, Janeiro e Fevereiro de 2020



Fonte: IBGE – PNAD Contínua  
Elaboração: GT Mercado de Trabalho da USJT

#### 4. Contas Públicas

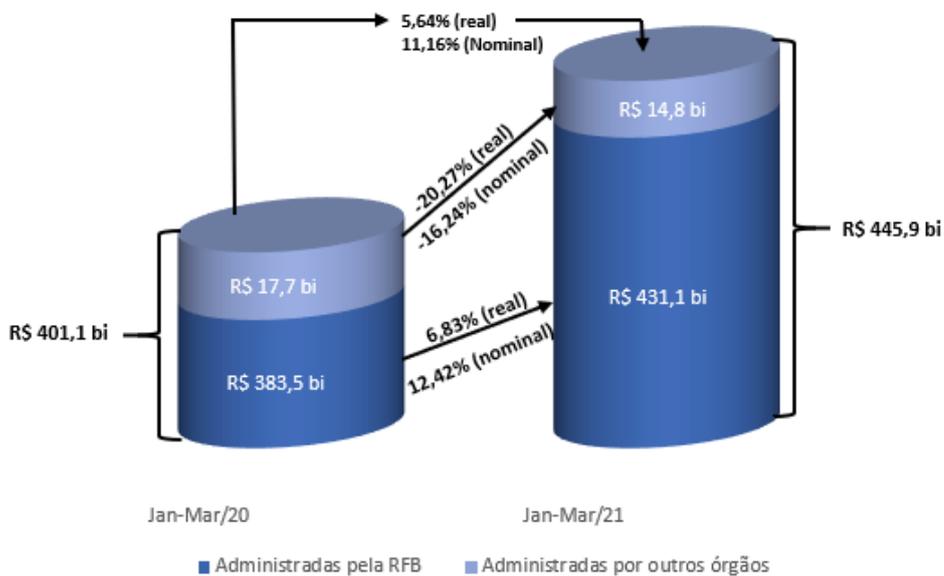
### RECEITAS, DESPESAS E RESULTADO

A arrecadação total das Receitas Federais, em março de 2021, atingiu o valor de R\$ 137,9 bilhões, registrando um aumento real (IPCA) de 18,49% em relação ao mesmo período do ano anterior. No primeiro trimestre de 2021, a arrecadação alcançou R\$ 445,9 bilhões, representando um aumento real de 5,64%. Trata-se do melhor desempenho de arrecadação desde 2000, tanto para o mês de março quanto para o trimestre. Foi uma arrecadação positiva em termos reais (IPCA), revelando-se muito acima do esperado pelo mercado.

Quanto às Receitas Administradas pela RFB, o valor arrecadado em março de 2021 foi de R\$ 134,6 bilhões, com acréscimo real (IPCA) de 18,15%. No acumulado de janeiro a março de 2021, a arrecadação alcançou R\$ 431,1 bilhões, registrando um acréscimo real (IPCA) de 6,83%.

A arrecadação das receitas federais em janeiro de 2020 atingiu o valor de R\$ 174,9 bilhões, registrando um crescimento nominal de 9,08% em relação ao mesmo mês do ano anterior e acréscimo real de +4,69% (IPCA). As Arrecadações acumuladas das Receitas Federais jan-mar/2020 e jan-mar/2021, assim como as arrecadações das Receitas Administradas pela RFB Jan-Mar/2021 são descritas nos gráficos 16 e 17, respectivamente.

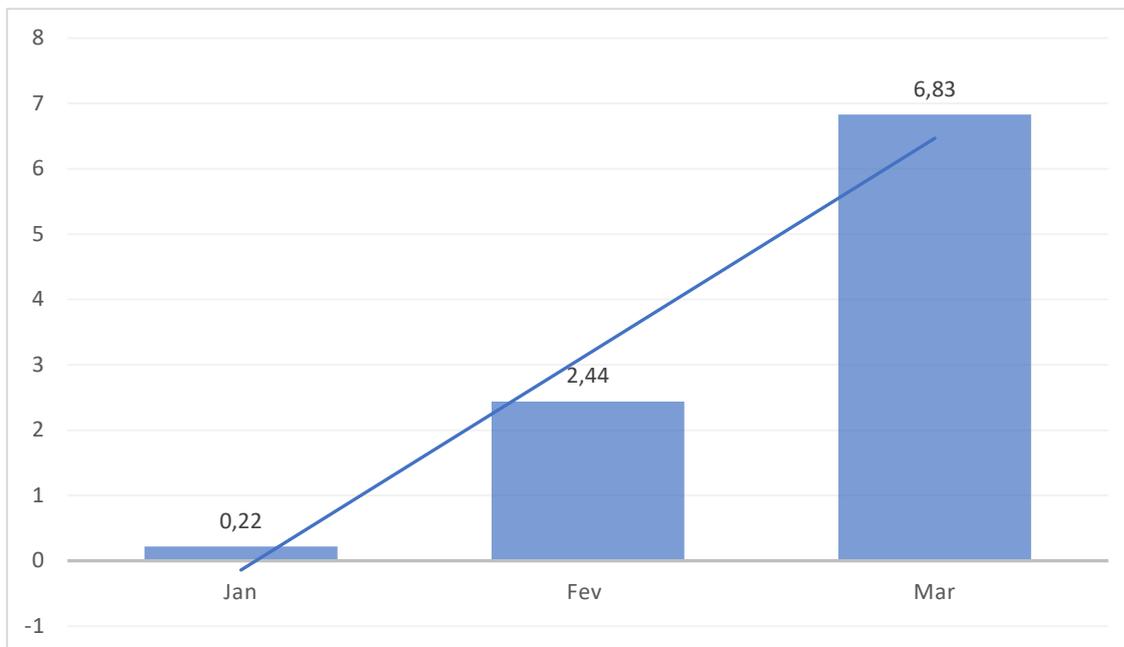
**Gráfico 17 - Arrecadação acumulada das Receitas Federais jan-mar/2020 e jan-mar/2021**



Fonte: Receita Federal – Análise da Arrecadação das Receitas Federais – março de 2021

Elaboração: GT Contas Públicas da USJT

**Gráfico 18 - Arrecadação das Receitas Administradas pela RFB Jan-Mar/2021**



Fonte: Receita Federal – março de 2021.  
 Elaboração: GT Contas Públicas da USJT

A segunda onda da pandemia do COVID-19 ainda não se reflete na arrecadação registrada em março. Isso ocorre porque março registra os fatos geradores de fevereiro. A segunda onda irá impactar os resultados a partir de abril.

Desempenho dos principais fatores que contribuíram para o resultado:

- a) Crescimento da arrecadação do IRPJ/CSLL (19,84%), com destaques para o ajuste anual, a estimativa mensal e o balanço trimestral.
- b) Recolhimentos extraordinários de 2,8 bilhões no mesmo período do ano anterior.
- c) Comércio Exterior: 37,5% em Importação / IPI vinculado, impactado pela desvalorização do Real.
- d) Contribuições do COFINS PIS/Pasep (6,99%) e IRPF (25,02%).
- e) Redução das compensações em 2,5% em março de 2021, em relação a março de 2020; e aumento de 33% no período acumulado.

A tabela 6 descreve a evolução da arrecadação administrada pela RFB – (em R\$ milhões), estabelecendo uma comparação entre jan-mar/2021 em relação ao mesmo período do ano anterior.

**Tabela 3 - Evolução da arrecadação administrada pela RFB – (em R\$ milhões)**

RECEITAS	JAN-MAR/21 [A]	JAN-MAR/20 [B]	DIFERENÇAS	
			[A]-[B]	[A]/[B]%
IRPJ/CSLL	107.479	89.688	17.791	19,84
I.Importação / IPI - Vinculado	23.752	17.306	6.446	37,25
COFIS/PIS-PASEP	87.834	82.097	5.736	6,99
IRPF	8.218	6.573	1.644	25,02
IPI (Exceto Vinculado)	10.546	8.912	1.633	18,33
IRRF-Rendimentos do Trabalho	38.042	37.975	67	0,18
IRRF – Outros rendimentos	3.443	3.478	-34	-0,99
IRRF- Rend. de Residentes no Ext	10.473	10.711	-238	-2,22
CIDE-Combustíveis	259	683	-424	-62,04
Receita Previdenciária	109.840	111.454	-1.615	-1,45
IRPF- Rendimentos de Capital	10.415	12.470	-2.055	-16,48
IOF	8.865	10.998	-2.133	-19,4
Demais Receitas Administradas	16.191	15.162	1.028	6,78
<b>TOTAL</b>	<b>435.357</b>	<b>407.509</b>	<b>27.847</b>	<b>6,83</b>

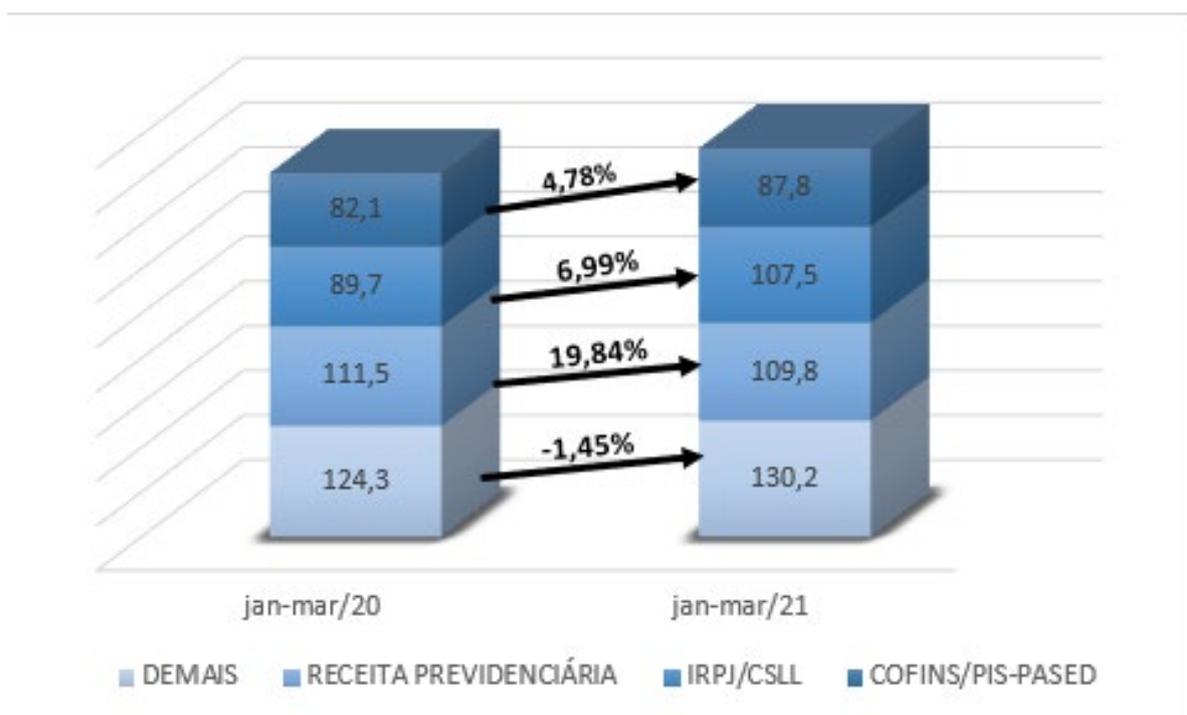
Fonte: Receita Federal – março de 2021.  
 Elaboração: GT Contas Públicas da USJT

A arrecadação das receitas administradas pela RFB mostra que as arrecadações vindas da receita previdenciária no período de janeiro a março 2021 foram de R\$109,8 milhões, representando um recuo de -1,45% em relação ao mesmo período de 2020.

Já as receitas providas da arrecadação de IRPJ/CSLL obtiveram um aumento de 19,84% em relação ao ano anterior, registrando um saldo total de R\$107,4 milhões. As arrecadações de COFINS/ PIS-PASEP sofreram um aumento de 6,99% em relação ao mesmo período de 2020, registrando um saldo de 87,8 milhões.

O gráfico 18 descreve a arrecadação administradas pela RFB, em milhões, comparando os resultados de jan-mar/2021 com o mesmo período do ano anterior.

**Gráfico 19 - Arrecadação administradas pela RFB, em milhões**



Fonte: Receita Federal – março de 2021.  
Elaboração: GT Contas Públicas da USJT.

## DESPESAS

Na área de despesas públicas o mês de março, segundo os dados do portal da transparência indicam que os maiores gastos estão relacionados ao serviço e refinanciamento da dívida (interna e externa) com um total de R\$ 861,23 bilhões (66,46%), seguida Previdência social que corresponde R\$ 185,51 bilhões (14,32%), bem distante estão os gastos de assistência social, com R\$ R\$ 35 bilhões, ou 2,71%

do total. Saúde e Educação aparecem em patamares bem mais baixos, com apenas R\$ R\$ 36,89 bilhões (2,85%) e R\$ 21,48 bilhões (2%).

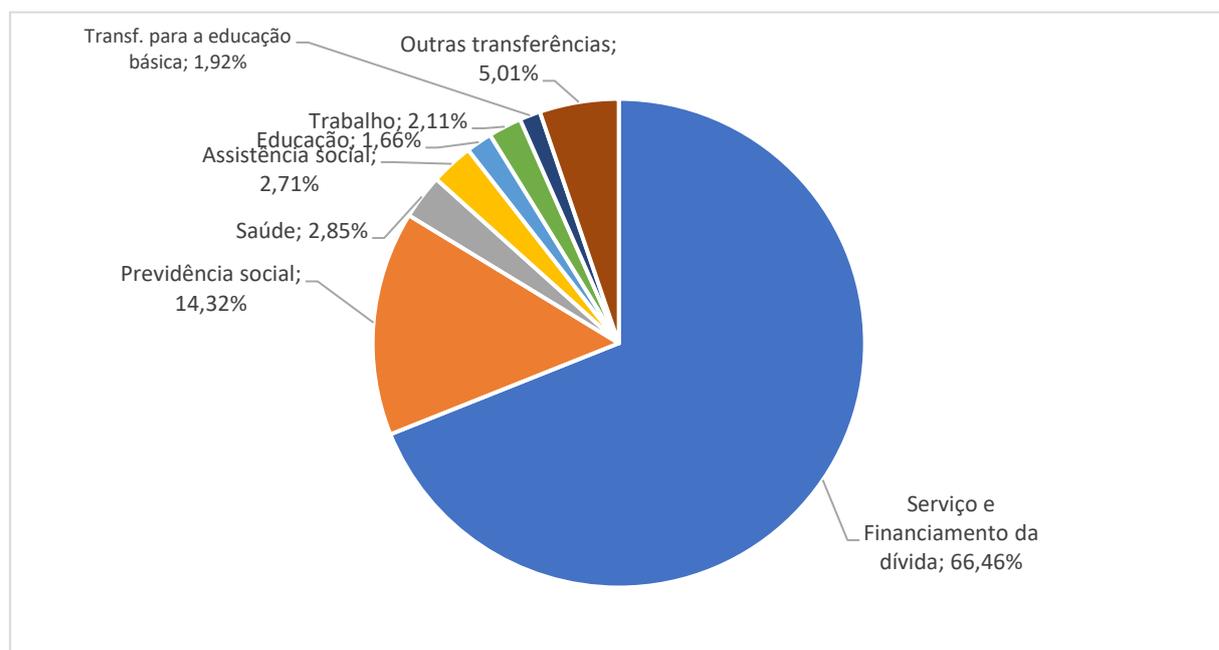
A tabela 7 descreve as despesas realizadas até março de 2021 por item de despesa; e o gráfico 19, o percentual gasto por item de despesa janeiro a março de 2021 (em %).

**Tabela 4 - Despesas realizadas até março de 2021, por item de despesa (em R\$)**

DESPESAS	(EM R\$)	(EM %)
Serviço e Financiamento da dívida	R\$ 861.229.576.323,79	66,46%
Previdência social	R\$ 185.507.227.971,56	14,32%
Saúde	R\$ 36.885.259.457,43	2,85%
Assistência social	R\$ 35.056.206.977,42	2,71%
Educação	R\$ 21.478.890.802,16	1,66%
Trabalho	R\$ 27.382.904.496,35	2,11%
Transferências para a educação básica	R\$ 17.120.083.604,19	1,32%
Outras transferências	R\$ 64.972.399.805,97	5,01%

Fonte: <http://www.portaltransparencia.gov.br/>.  
 Elaboração: GT Contas Públicas da USJT.

**Gráfico 20 - Percentual gasto por item de despesa janeiro a março de 2021**

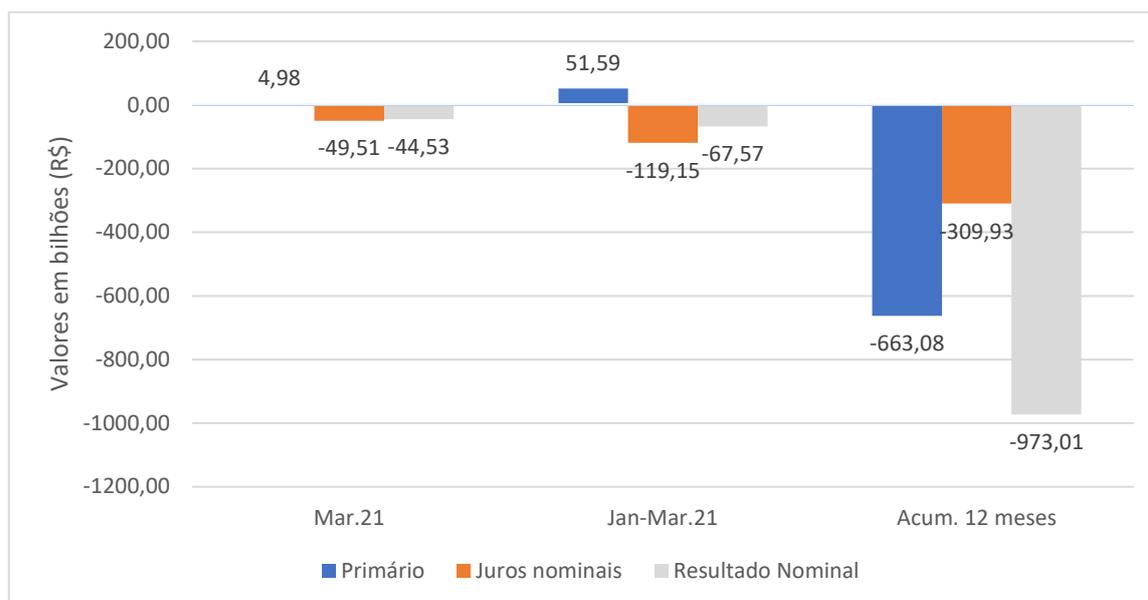


Fonte: <http://www.portaltransparencia.gov.br/>.  
 Elaboração: GT Contas Públicas da USJT

De acordo com os dados divulgados pelo Banco Central, referentes a março de 2021, o resultado primário do setor público consolidado foi superavitário em R\$ 4,98 bilhões, ante déficit de R\$23,7 bilhões em março de 2020.

O pagamento de juros nominais chegou ao patamar de R\$ 49,5 bilhões em março de 2021, que representa um aumento de R\$ 6,5 bilhões em relação ao mesmo período do ano anterior (R\$ 56 bilhões). No acumulado de 12 meses os juros nominais atingiram a cifra de R\$ 309,9 bilhões (4,11% PIB), contra R\$ 394,5 bilhões (5,27% do PIB) no acumulado até março do ano anterior. No acumulado dos últimos 12 meses, o déficit nominal foi de R\$ 973 bilhões (12,89 % do PIB), com aumento de 0.06 p.p do PIB em relação ao déficit acumulado no mesmo período de 2020. O gráfico 20 descreve os Juros Nominais e Resultado.

**Gráfico 21** - Juros Nominais e Resultado – Setor Público Consolidado – março/2021 e acumulado jan/mar e em 12 meses (em R\$ bilhões)

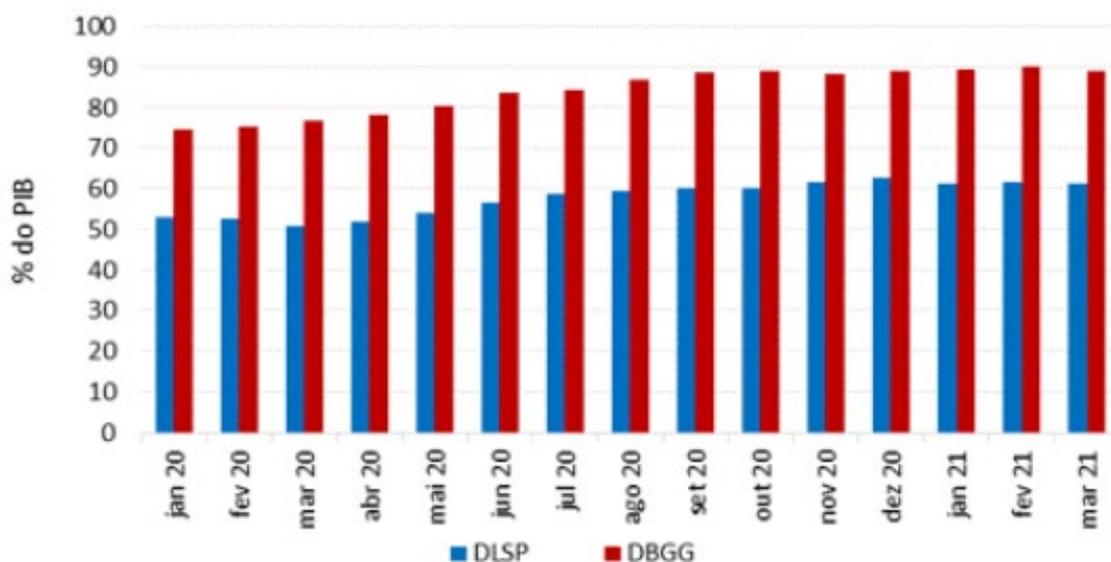


Fonte: Banco Central do Brasil – Nota à Imprensa de Estatísticas Fiscais  
Elaboração: GT Contas Públicas da USJT

## DÍVIDA PÚBLICA

A Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) atingiu R\$ 6,7 trilhões em março, equivalente a 89,1% do PIB, redução de 0,9 p.p. do PIB em relação a fevereiro. A Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) situou-se em R\$ 4,7 trilhões (61,3% do PIB) em março, redução de 0,4 p.p. do PIB no mês. O gráfico 21 apresenta essa evolução.

**Gráfico 22** - Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) e a Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) em março de 2021.



Fonte: Banco Central do Brasil – Nota à Imprensa de Estatísticas Fiscais  
Elaboração: GT Contas Públicas da USJT

## ELASTICIDADES DA DLSP E DBGG

A Elasticidades da DLSP e DBGG mostra as variações na taxa de câmbio, na taxa de juros e nos índices de preços para o mês de março de 2021 cujos dados são descritos na Tabela 5.

**Tabela 5** - Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) e a Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) em março de 2021.

	DLSP		DBGG	
	R\$ bilhões	p.p. PIB <sup>1/</sup>	R\$ bilhões	p.p. PIB <sup>1/</sup>
Desvalorização de 1% na taxa de câmbio <sup>2/</sup>	-11,8	-0,16	8,3	0,12
Redução de 1 p.p. na taxa Selic <sup>2/ 3/</sup>	-31,7	-0,42	-30,4	-0,40
Aumento de 1 p.p. nos índices de preços <sup>2/ 3/</sup>	12,2	0,16	12,2	0,16

1/ Impacto na relação DLSP/PIB ou DBGG/PIB, conforme o caso.

2/ Impactos são simétricos no caso de valorização cambial, aumento de taxa Selic e redução de índices de preços.

3/ Variação mantida por doze meses.

Fonte: Banco Central do Brasil – Nota à Imprensa de Estatísticas Fiscais

Como pode ser verificado na Tabela 5, considerando o comportamento da DLSP e DBGG em relação à taxa de câmbio, a análise da elasticidade estima que



para cada aumento de 1 p.p. da desvalorização da taxa de câmbio haverá uma redução de cerca de 11,8 bilhões da DLSP e um aumento de cerca de 8,3 bilhões da DBGG.

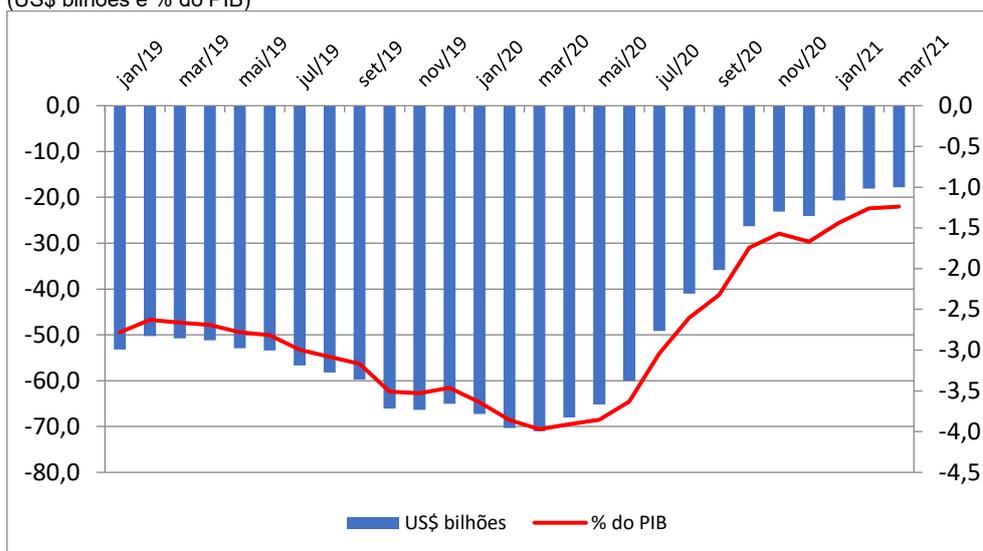
Considerando as variações percentuais da taxa Selic, uma redução de 1 p.p. representaria uma queda de cerca de 31,7 bilhões da DLSP e de aproximadamente 30,4 bilhões da DBGG. Esta queda se deve, sobretudo, pela redução com os gastos referentes aos pagamentos de juros, uma vez que os títulos públicos são atrelados à taxa Selic.

Em relação ao comportamento da DLSP e DBGG em relação aos índices de preços, a análise da elasticidade mensura que para cada aumento de 1 p.p. nos índices de preços, há um aumento de cerca de 12,2 bilhões na DLSP e também na DBGG.

## 5. Contas Externas

No mês de março, as transações correntes apresentaram déficit de US\$ 4,0 bilhões, ante déficit de US\$ 4,3 bilhões em março de 2020. Na comparação interanual, o saldo da balança comercial apresentou recuo de US\$ 2,5 bilhões, as despesas líquidas de renda primária e de serviços apresentaram, respectivamente, retrações de US\$ 1,8 bilhão e US\$ 607 milhões. No acumulado dos 12 meses encerrados em março de 2021, o déficit em transações correntes atingiu US\$ 17 bilhões (1,24% do PIB), ante US\$ 18,1 bilhões (1,26% do PIB) em fevereiro de 2021 e US\$ 71 bilhões (3,97% do PIB) em março de 2020.

**Gráfico 23 – Transações correntes - Acumulado nos últimos 12 meses**  
(US\$ bilhões e % do PIB)

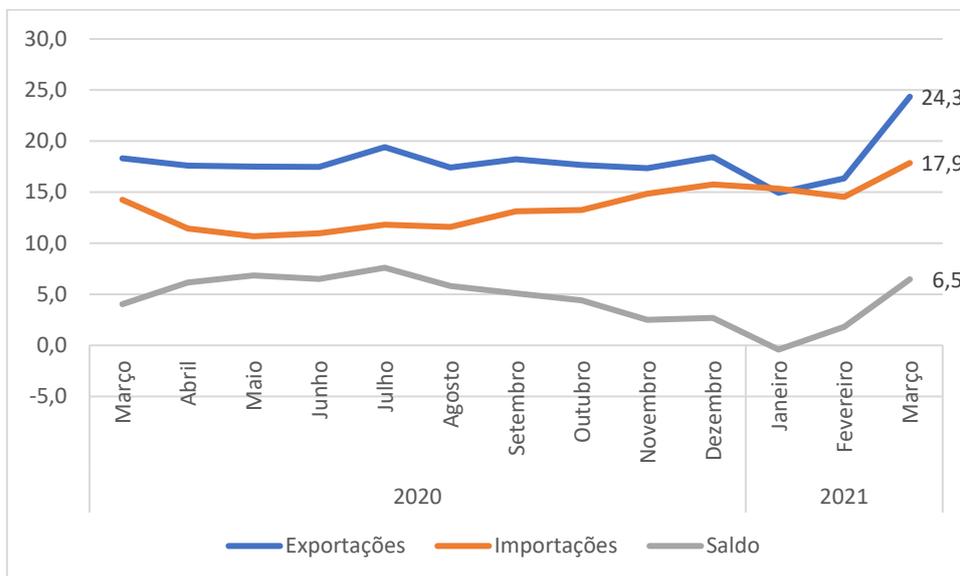


Fonte: Banco Central  
Elaboração: GT Contas Externas da USJT

### Exportações e importações

Em março de 2021 a balança comercial apresentou superávit de US\$ 6,5 bilhões, ante superávit de US\$ 4 bilhões no mesmo mês de 2020. As exportações de bens atingiram US\$ 24,3 bilhões em março de 2021, um aumento de 33% em comparação com março de 2020. Enquanto as importações chegaram a US\$ 25,0 bilhões, um aumento de 25,2%. O gráfico 24 apresenta a evolução recente das exportações, importações e saldo comercial.

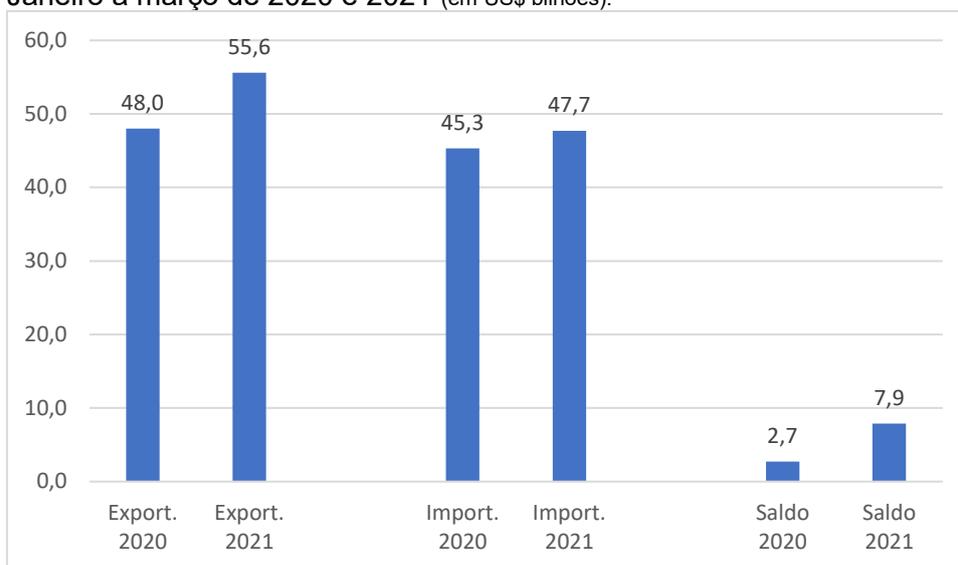
**Gráfico 24 – Exportações, Importações e Saldo Comercial**  
 Mar/20 à Mar/21 (em US\$ bilhões)



Fonte: Ministério da Economia  
 Elaboração: GT Contas Externas da USJT

No acumulado do ano até março as exportações apresentaram expressivo crescimento de 15,7%, passando de US\$ 48 bilhões para US\$ 55,6 bilhões. As importações também cresceram no acumulado, mas em ritmo menor (5,4%), dessa forma o saldo comercial também evoluiu positivamente, passando de US\$ 2,7 bilhões para US\$ 7,9 bilhões (aumento de 183%), conforme pode ser visto no gráfico 25.

**Gráfico 25 – Exportações, importações e saldo comercial**  
 Janeiro a março de 2020 e 2021 (em US\$ bilhões).



Fonte: Banco Central  
 Elaboração: GT Contas Externas da USJT



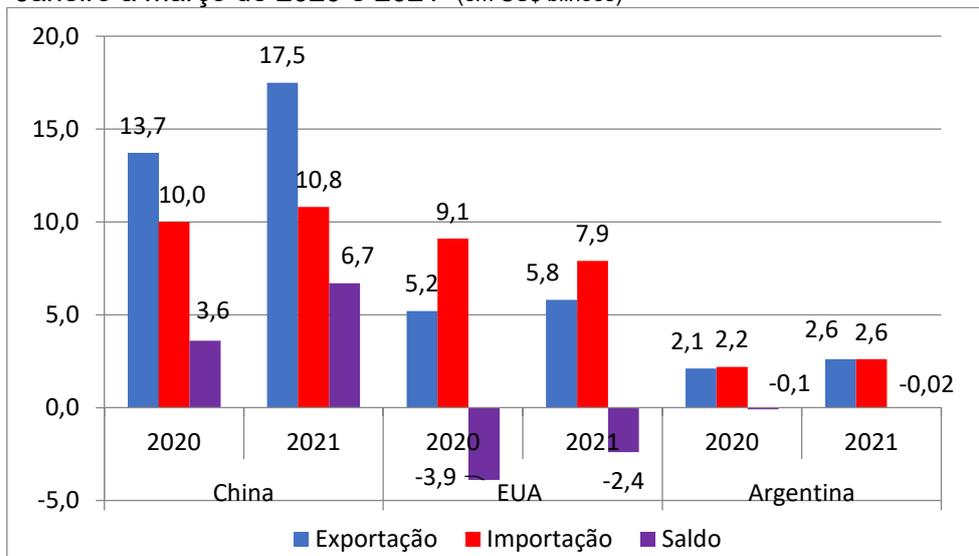
## Parceiros Comerciais

Os dados apresentados no gráfico 26 mostram que a China continua sendo o principal parceiro comercial do Brasil. No acumulado de 2021, as exportações do Brasil para a China totalizam US\$ 17,5 bilhões, quantia superior aos US\$ 13,7 bilhões observados no mesmo período de 2020. Também foi observado aumento nas importações, que de US\$ 10 bilhões de janeiro a março de 2020 passaram para US\$ 10,8 bilhões entre os mesmos meses de 2021. Também houve elevação do saldo comercial, que de US\$ 3,6 bilhões de janeiro a março de 2020, chegou a US\$ 6,7 bilhões no mesmo período de 2021.

O segundo lugar entre os principais parceiros comerciais do Brasil ainda é dos Estados Unidos. As exportações para o país norte-americano, no acumulado de janeiro a março de 2021, totalizaram US\$ 5,8 bilhões, quantia superior aos US\$ 5,2 bilhões observados no mesmo período do ano passado. As importações, porém, diminuíram. Enquanto no acumulado de janeiro a março de 2020 as importações chegaram a US\$ 9,1 bilhões, nos três primeiros meses deste ano o valor chegou a US\$ 7,9 bilhões. O saldo comercial continua deficitário, porém foi observado um recuo de US\$ 3,9 bilhões em 2020 para US\$ 2,4 no mesmo período de 2021.

A Argentina ocupa a terceira posição entre nossos parceiros comerciais. No acumulado de 2021 as exportações para a Argentina somam US\$ 2,6 bilhões, superiores aos US\$ 2,1 bilhões observados no período correspondente de 2020. Também se observou o aumento das importações, de US\$ 2,2 bilhões no primeiro trimestre de 2020 para US\$ 2,6 bilhões no mesmo período deste ano. Embora o saldo comercial observado neste período tenha sido deficitário nos primeiros trimestres dos dois anos em questão, o déficit diminuiu de US\$ 101 milhões em 2020 para US\$ 18 milhões em 2021.

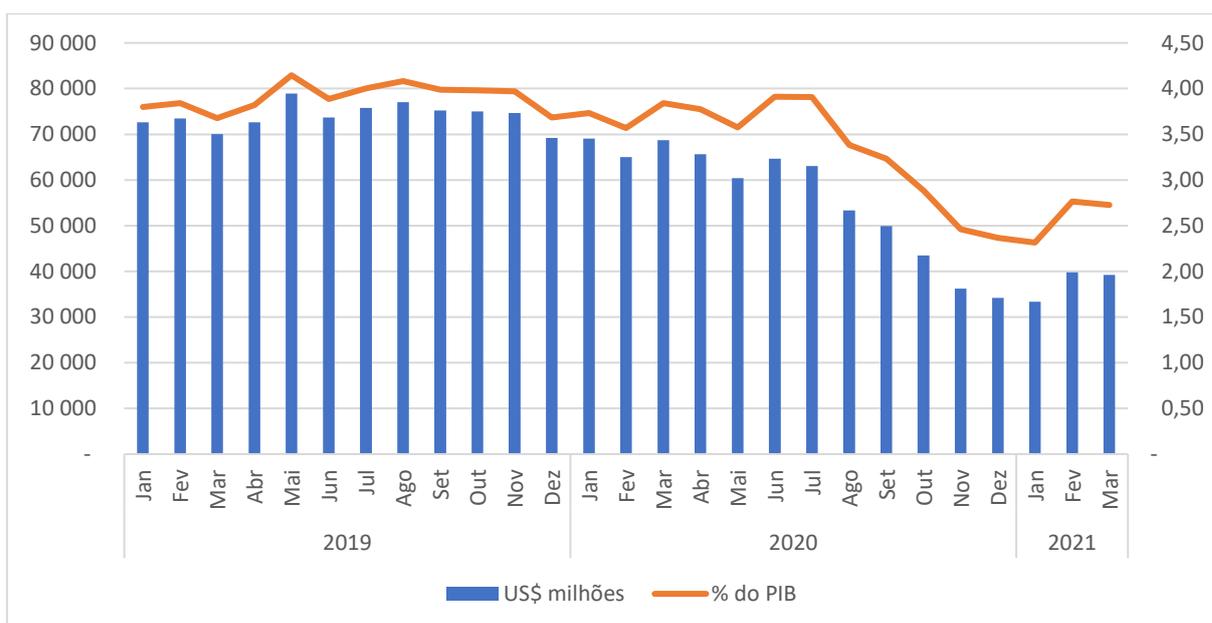
**Gráfico 26 – Exportações, importações e saldo comercial**  
 Janeiro à março de 2020 e 2021 (em US\$ bilhões)



Fonte: Ministério da Economia  
 Elaboração: GT Contas Externas da USJT

Em março de 2021 os ingressos líquidos em investimentos diretos no país (IDP) somaram US\$ 6,9 bilhões, ante US\$ 7,4 bilhões observados no mesmo mês de 2020. Nos doze meses encerrados em março deste ano, o IDP totalizou US\$ 39,3 bilhões (2,73% do PIB), ante US\$ 39,8 bilhões (2,76% do PIB) no mês anterior e US\$ 68,7 bilhões (3,84% do PIB) em março de 2020.

**Gráfico 27 – Investimento Direto no País - Acumulado em 12 meses**  
 (US\$ bilhões e %do PIB)



Fonte: Banco Central  
 Elaboração: GT Contas Externas da USJT

## Reservas internacionais.

O saldo das reservas internacionais atingiu US\$ 347,4 bilhões em março de 2021, uma redução de US\$ 8,7 bilhões com relação ao mês de fevereiro deste ano. As principais contribuições para este resultado vieram de US\$ 6,6 bilhões em vendas à vista e US\$ 1,3 bilhão de concessões líquidas em linhas com recompra. A variação por paridades gerou uma redução de US\$ 1,4 bilhão no estoque. A receita de juros atingiu US\$ 390 milhões.

**Gráfico 28** - Reservas internacionais – posição do estoque no fim do mês. Mar/20-Mar/21. (US\$ bilhões)



Fonte: Banco Central

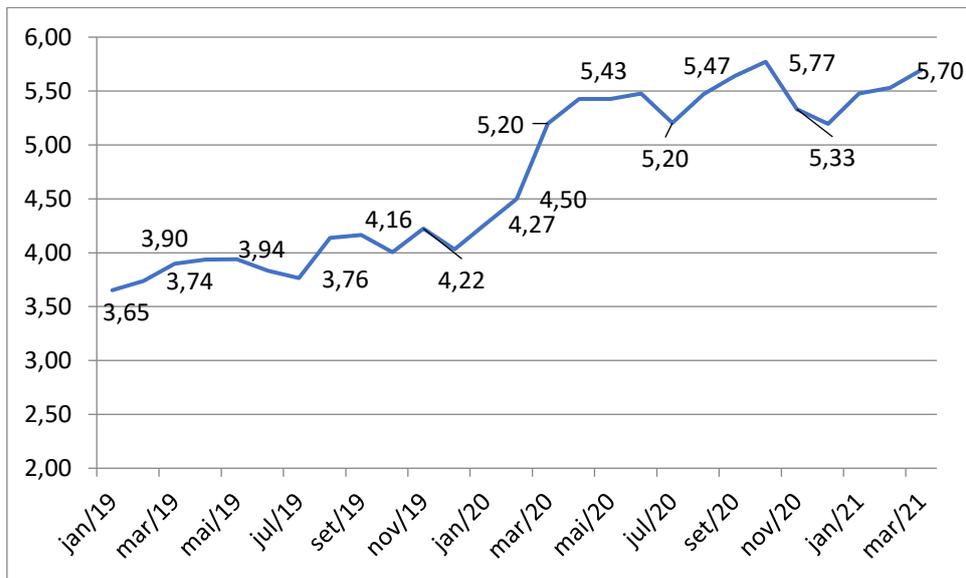
Elaboração: GT Contas Externas da USJT.

## Taxa de Câmbio

Ao fim do mês de março o câmbio nominal atingiu R\$ 5,70, mantendo a tendência de aumento observada nos meses de janeiro e fevereiro deste ano. Este é o segundo maior valor registrado no período de 12 meses iniciado em março do ano de 2020. Nesse período o maior valor observado foi de R\$ 5,77 no mês de outubro.



**Gráfico 29 - Câmbio nominal. Mar/2020-Mar/2021.**



Fonte: Banco Central.

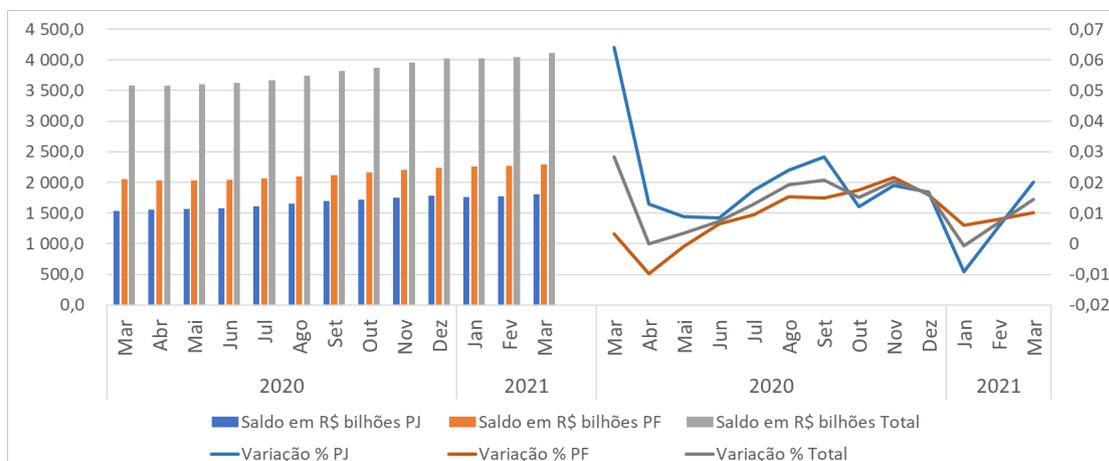
Elaboração: GT Contas Externas da USJT.

## 6. Crédito, Juros e Bolsa

Nas operações de crédito do setor não financeiro do sistema nacional no mês de fevereiro e de março houve expansão de 1,6% e 1,5% respectivamente. Esta expansão nos níveis de créditos foi incentivada pelo crescimento da carteira de títulos públicos e empréstimos no período considerado que registrou um crescimento acumulado de 16,9% em doze meses.

Nos saldos totais de crédito do sistema financeiro nacional nos dois meses considerados na análise (fevereiro e março) houve crescimento de 0,7% em fevereiro e 1,5% em março. Sendo no mês de março um valor total de R\$ 4,1 trilhões, total este incentivado por tanto a carteira de pessoas jurídicas (variação de 2,0%) quando de pessoas físicas (variação de 1,0%). No entanto no âmbito de doze meses houve uma desaceleração de um total de 16,1% para 14,5% em março. O Gráfico 30 ilustra os Saldos totais de crédito - Em R\$ bilhões e variação de 12 meses.

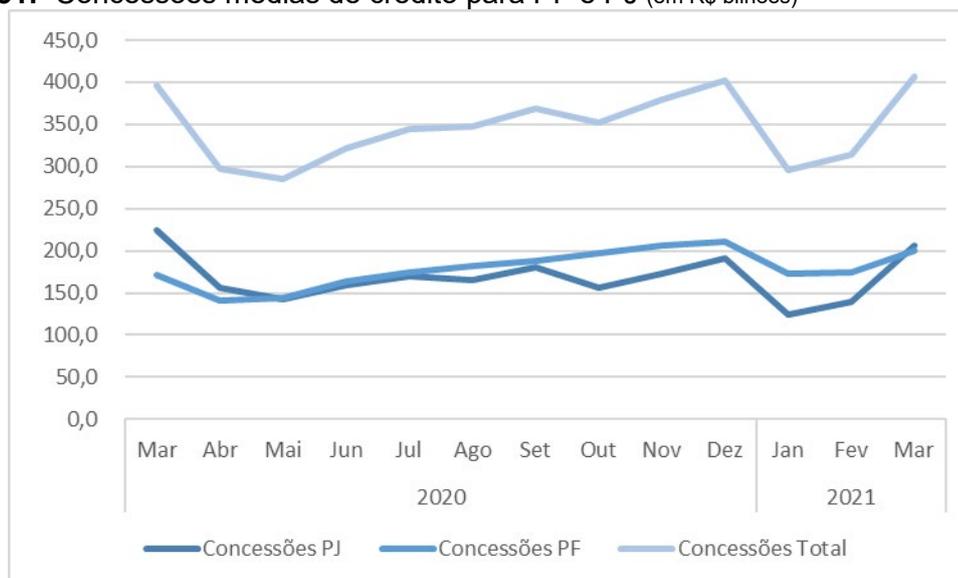
**Gráfico 30:** Saldos totais de crédito- Variação % em 12 meses



Fonte e Elaboração: Banco Central

As concessões totais de crédito também apresentaram uma variação positiva no mês de fevereiro cuja soma foi de R\$ 313,9 bilhões e R\$ 407,1 bilhões em março. No mês de março houve um aumento de 0,9%. Quando se desagrega a concessão de crédito houve um crescimento de 10,1% em pessoas jurídicas e declínio de 4,0% para pessoas físicas como pode ser verificado no gráfico 31.

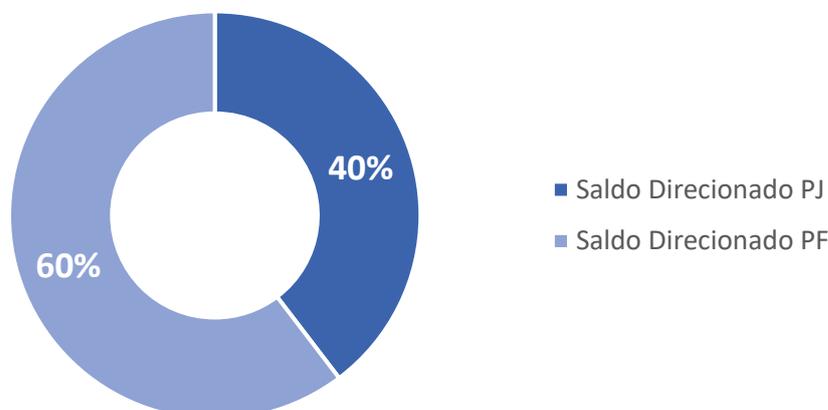
**Gráfico 31:** Concessões médias de crédito para PF e PJ (em R\$ bilhões)



Fonte: Banco Central  
 Elaboração: GT Crédito e Juros da USJT

No crédito direcionado o destaque é a carteira de crédito rural que apresentou uma variação positiva de 0,4% das operações de pessoas jurídicas consolidando uma expansão de 22,9% em 12 meses. Para as pessoas físicas também se destaca o crédito rural em conjunto com o financiamento imobiliário os quais situaram-se em R\$ 1 trilhão com variações de 1,2% no mês e 13,2% em doze meses. O Gráfico 32 descreve a participação percentual entre PF e PJ no total do crédito direcionado do mês em março.

**Gráfico 32:** Participação percentual entre PF e PJ no total do crédito direcionado do mês em março.

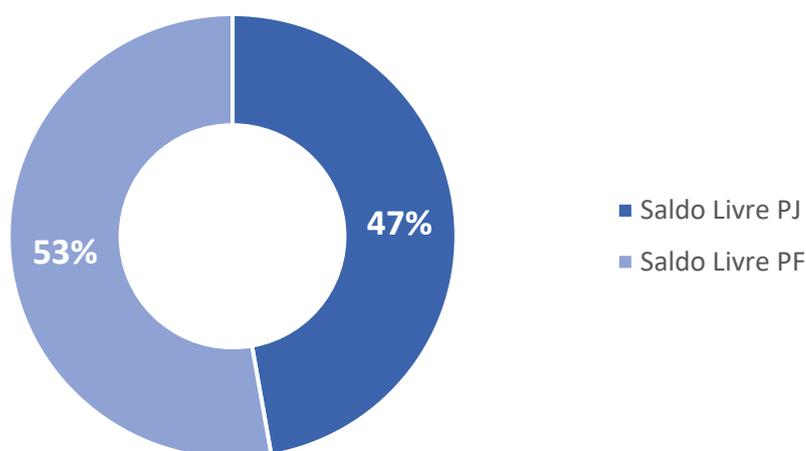


Fonte: Banco Central  
 Elaboração: GT Crédito e Juros da USJT

Referente ao crédito livre as pessoas físicas obtiveram um total de R\$ 1,3 trilhão resultando em uma variação positiva de 0,9% no mês e em 11,1% em 12 meses. Este aumento do crédito livre foi influenciado principalmente pelo crédito pessoal (consignado e não consignado).

No acumulado em 12 meses o destaque do crédito livre o destaque foi a aquisição de veículos e composição de dívidas. Para as pessoas jurídicas o valor total alcançado de R\$ 1,1 trilhão sendo 3% no mês e 14,8% o acumulado em doze meses. Os principais destaques no acumulado de 12 meses foram a aquisição de veículos, financiamento a exportações, ACC, aquisição de outros bens, desconto de duplicatas e recebíveis e antecipação de fatura de cartões. O Gráfico 33 descreve a participação percentual entre PF e PJ no total do crédito livre do mês em março.

**Gráfico 33:** Participação percentual entre PF e PJ no total do crédito livre do mês em março



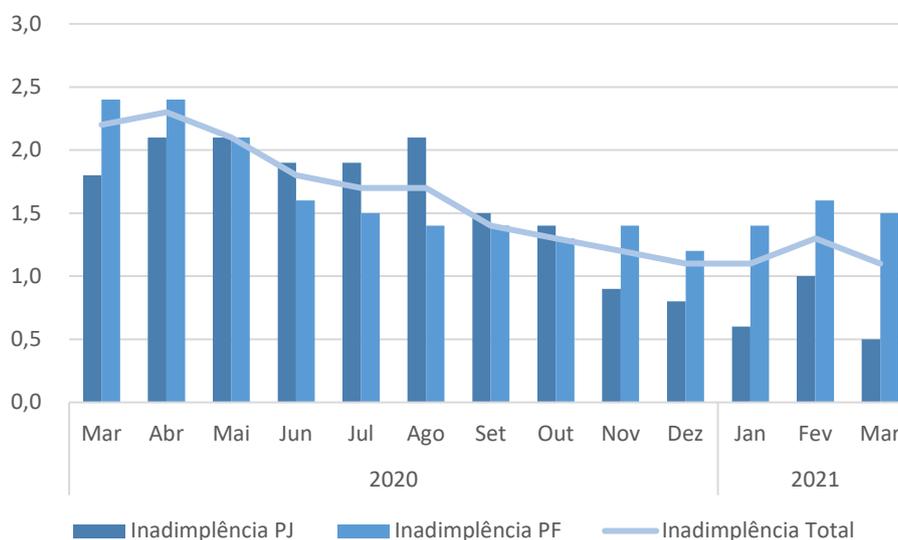
Fonte: Banco Central  
Elaboração: GT Crédito e Juros da USJT

No mês de fevereiro e março de 2021 o custo médio total foi de 17,2% a.a. e 17,1% a.a. respectivamente. Uma redução em março de 0,1 p.p na variação mensal e 3,0 p.p na comparação interanual. O Spread geral do ICC situou-se em 12,1 p.p.

Referente a inadimplência houve uma retração de 2,2% com variação de -0,1 p.p sendo -0,2 p.p. para pessoas jurídicas e -0,1 p.p. para pessoas físicas. No que refere aos recursos livres houve uma estabilidade de 2,9% em comparação ao mês anterior já nos recursos direcionados houve um recuo para 1,1%, uma queda 0,2 p.p.

O Gráfico 34 descreve a inadimplência dos recursos concedidos para PF e PJ no total do crédito do mês em março.

**Gráfico 34:** Inadimplência dos recursos concedidos para PF e PJ no total do crédito do mês em março



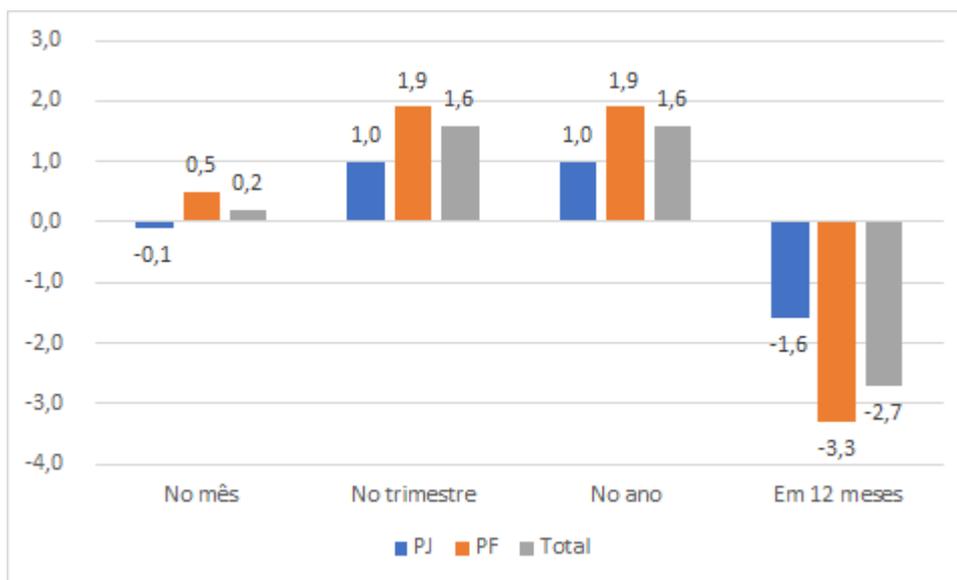
Fonte: Banco Central  
Elaboração: GT Crédito e Juros da USJT

## JUROS

A taxa média de juros das operações contratadas em março alcançou 20,0% a.a., apresentando um aumento de 0,2 p.p. no mês, aumento de 1,6 p.p no trimestre e uma redução de 2,7 p.p. em doze meses.

Destaca-se no mês de março o aumento expressivo dos juros para pessoa física (0,5 p.p.) e uma redução de 0,1 p.p para pessoa jurídica. O Gráfico 35 descreve a variação da taxa média de juros das operações.

**Gráfico 35:** Variação da taxa média de juros das operações.

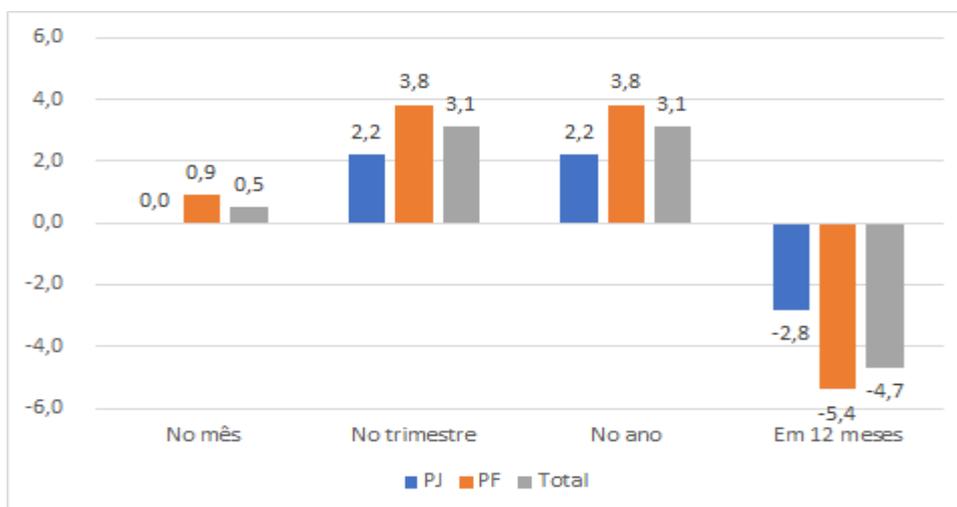


Fonte: Banco Central  
 Elaboração: GT Crédito e Juros da USJT

No crédito livre, a taxa média de juros das concessões atingiu 28,6% a.a., elevando-se em 0,5 p.p. no mês e reduzindo-se em 4,7 p.p. na comparação interanual. No crédito livre às empresas, a taxa média de 13,8% a.a. permaneceu estável no mês e apresentou redução de 2,8 p.p. em 12 meses.

No crédito livre às famílias, a taxa média elevou-se 0,9 p.p. em março, para 41,0 % a.a. (cartão rotativo +8,1 p.p.) na comparação interanual, a taxa do crédito livre às famílias apresenta redução de 5,4 p.p. O Gráfico 36 descreve a variação da taxa média de juros crédito livre, PJ e PF.

**Gráfico 36:** Variação da taxa média de juros crédito livre, PJ e PF.

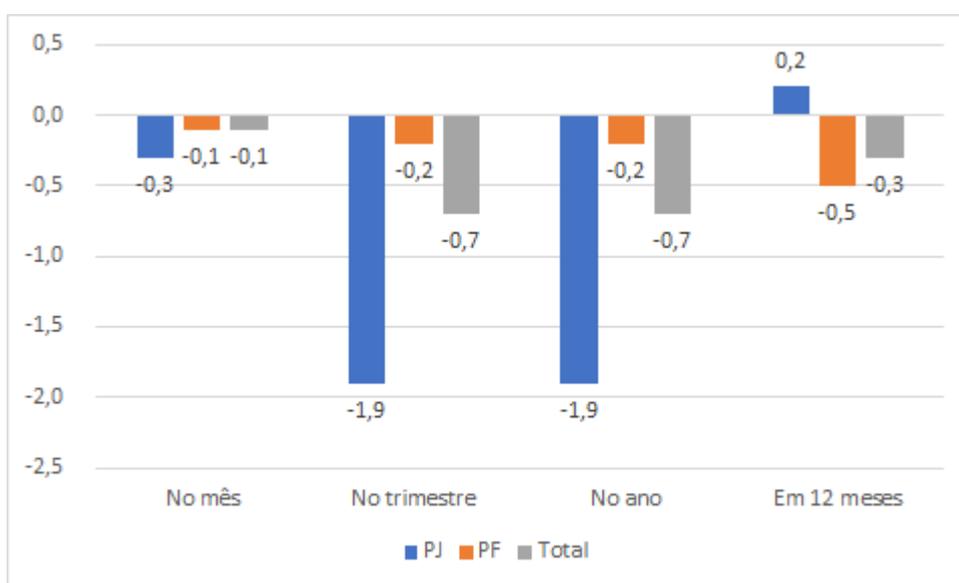


Fonte: Banco Central  
 Elaboração: GT Crédito e Juros da USJT

No crédito direcionado, a taxa média de juros das concessões atingiu 7,2% a.a. Com variações de -0,1 p. p no mês de março, -0,7 p.p no trimestre.

No crédito direcionado às empresas, a taxa média de 8,1% a.a. apresentou redução de 0,3 p.p. no mês e 0,2 p.p em doze meses. No crédito direcionado às famílias, a taxa média caiu 0,1 p.p. em março, para 6,8%. Com variações de -0,1% no mês, -0,2 no trimestre, -0,2 no ano e -0,5 em doze meses. O Gráfico 37 descreve a variação da taxa média de juros crédito direcionado, PJ e PF.

**Gráfico 37 - Variação da taxa média de juros crédito direcionado, PJ e PF.**



Fonte: Banco Central  
Elaboração: GT Crédito e Juros da USJT

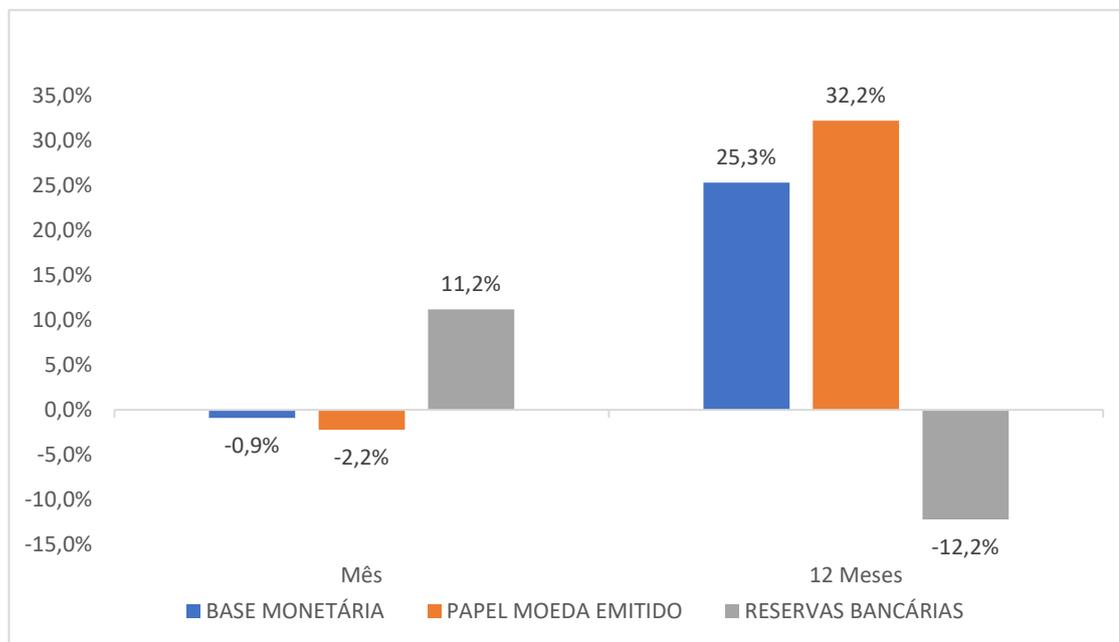
## AGREGADOS MONETÁRIOS

Sob o contexto de crise sanitária, incertezas quanto a recuperação econômica, a base monetária considerando o período de abril e julho de 2020 apresentou uma expansão significativa por conta do aumento das reservas bancárias e da emissão do papel moeda, resultantes das medidas tomadas pelo governo federal principalmente no que tange a emissão de papel moeda,

Já em março de 2021 a base monetária apresentou um saldo de R\$385,2 bilhões, representando uma queda de -0,9% em relação ao mês anterior e um aumento acumulado em 12 meses de 25,3%. Esses dados são reflexos do cessamento de políticas públicas anteriormente estabelecidas, fazendo com que a base monetária nacional apresentasse pouca variação. Já o papel moeda em poder do público fechou a variação mensal com decréscimo de -2,2% e saldo acumulado

positivo em 12 meses de 32,2%. E por fim as reservas bancárias ficaram em saldo positivo de 11,2% na variação mensal e decréscimo de -12,2 % no acumulado de 12 meses, dados estes demonstrados no Gráfico 38.

**Gráfico 38:** Variação da Base monetária, papel moeda emitido e reservas bancárias



Fonte: Banco Central  
Elaboração: GT Crédito e Juros da USJT

Sobre as variações apresentadas nos meios de pagamento, nota-se um crescimento no M1 de 0,5% na comparação com o mês anterior, decréscimo no trimestre de -11,1% e aumento acumulado em 12 meses de 30,8%. Com destaque positivo de 1,2% para os depósitos a vista no comparativo mensal e contração de -2,2% no papel moeda em poder público, em relação a fevereiro.

No M2, houve crescimento de 1,0% em março em comparação ao mês anterior, retração de -2,3% no trimestre e no ano e no acumulado em 12 meses contração de -21,7%. Os depósitos a prazo apontaram aumento de 2,4%, os títulos privados emitidos pelo SFN aumentaram 1,8% e os depósitos na poupança recuaram -0,2% no comparativo mensal.

No M3 o crescimento foi de 0,6% em março de 2021 em relação a fevereiro do mesmo período. Quando se considera os agregados M3 no período trimestral a variação ficou próximo a 0%. Mas, no acumulado em 12 meses o percentual ficou em 16,9%. O destaque de aumento ficou para as operações compromissadas com títulos privados com 9,3% e o recuo de -0,1% para as quotas de fundos monetários no comparativo mensal. E por fim no M4, o índice de comparação mensal foi de 1,2%, a variação trimestral e anual foi de 6,9% e no acumulado de 12 meses 29,6%. O destaque de março de 2021 se deu no aumento de 23,5% para os títulos federais em relação a fevereiro de 2021.

**Tabela 6** - Variação dos meios de pagamento – Março de 2021 (em %)

Variação %	M1	M2	M3	M4
Mês	0,5%	1,0%	0,6%	1,2%
Trimestre	11,1%	-2,3%	0,0%	6,9%
Ano	11,1%	-2,3%	0,0%	6,9%
12 meses	30,8%	21,7%	16,9%	29,6%

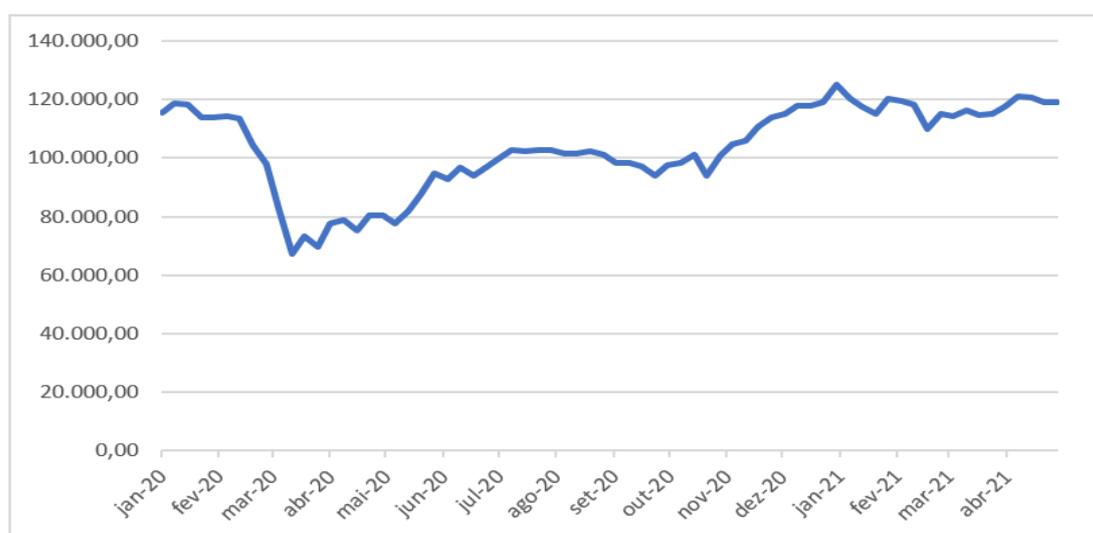
Fonte: Banco Central  
 Elaboração: GT Crédito e Juros da USJT

### BOLSA DE VALORES

Nos últimos meses de 2020 a bolsa brasileira apresentou uma recuperação após a forte queda do mês de março de 2020. Em abril de 2021 o Ibovespa fechou em 118.893 pontos, um crescimento 3.16% no mês, no acumulado do ano a variação é de -4,94%. Na comparação com abril do ano passado houve expansão de 47,68%.

O resultado positivo dos meses de março e abril de 2021 reflete principalmente a expectativa de progresso com a vacinação da população, o reestabelecimento gradual das atividades econômicas e a sanção do orçamento de 2021. O Gráfico 38 descreve a variação do Ibovespa, entre 2020 e 2021.

**Gráfico 39.** Variação do Ibovespa, entre 2020 e 2021.



Fonte: B3  
 Elaboração: GT – Crédito, Juros e Bolsa

Comparado a outros investimentos em ativos financeiros, a bolsa foi a aplicação que teve o melhor desempenho no mês de abril. A valorização de 1,94% do BOVA11 (ETF que replica as ações do Ibovespa) foi superior as aplicações em Tesouro Prefixado com Juros (1,37%), índice de BDRs (0,98%), Ouro (0,96%), Fundos Imobiliários (0,51%) e demais ativos. Destacam-se ainda o resultado negativo as aplicações em Bitcoin (-6,60%) e em dólar (-3,55). A Tabela 8 descreve o desempenho percentual das principais aplicações financeiras em abril.

**Tabela 7.** Desempenho percentual das aplicações financeiras – abril de 2021

Ibovespa	1,94
ETF S&P 500	1,56
IGPM	1,51
Tesouro prefixado com juros	1,37
Tesouro prefixado	1,23
Índice de BDRs	0,98
Ouro	0,96
IPCA-15	0,6
Índice de Fundos Imobiliários	0,51
Poupança velha*	0,5
Tesouro IPCA	0,36
RDB	0,28
LC	0,27
CDB banco médio/pequeno	0,26
Debênture incentivada*	0,24
Debênture	0,22
LCI e LCA*	0,22
CDI	0,2
CDB banco grande	0,16
Poupança nova*	0,16
Tesouro Selic	0,01
Tesouro IPCA com juros	-0,01
Dólar	-3,55
Bitcoin	-6,6

\* Investimentos isentos de imposto de renda.  
Fonte: Yubb e CMA.

Dentre as maiores altas do mês de abril de 2021 foi a ação da Hering (HGTX3). Com uma valorização de 70,42%, a varejista de moda foi adquirida pelo Grupo Soma, dona das marcas Farm e Animale, por um montante de R\$ 5,1 bilhões, esta compra foi bem recebida pelo mercado, o que justifica o desempenho da Hering no período analisado. A segunda maior valorização foi de Braskem (BRKM5), as ações da companhia subiram cerca de 32,28% em resposta ao otimismo com o setor petroquímico e uma possível reorganização societária.

Outro destaque são as ações de Usiminas (USIM5) e CSN (CSNA3), as empresas do setor siderúrgico apresentaram uma valorização de 31,29% e 29,79%, respectivamente. O crescimento é reflexo do anúncio do aumento do preço do aço no mercado internacional e dos bons resultados no primeiro trimestre de 2021.

A maior queda foi registrada na BRF (BRFS3), a companhia do setor alimentício foi impactada pela alta no preço das *commodities*, especialmente de soja e milho, que são a base da ração para produção de frangos. Com a alta dos insumos, o custo de produção da empresa sobe, e, conseqüentemente, a margem de lucro cai, fato que desanimou o mercado e fez com que as ações caíssem 17,57% no mês de abril.

Outro destaque de desvalorização foi no setor de energia, a Eneva (ENEV3), teve queda de 12,16% em abril, em resposta ao anúncio da venda da participação do Banco BTG na companhia. Além disso, Qualicorp (QUAL3) e BB Seguridade (BBSE3) também apresentaram desempenho negativo expressivo, -10,87% e -7,92%, respectivamente no mês de abril.

#### **IPOs em abril de 2021**

Os sinais de recuperação da bolsa abrem caminho para as aberturas de capital. O IPO (sigla em inglês para *Initial public offering*) marca a primeira oferta de ações de uma companhia na bolsa.

Destaca-se no mês de abril a abertura de capital da Viveo (VVEO3), empresa que atua com a venda de produtos e serviços da área da saúde, os principais canais de venda são hospitais, laboratórios, clínicas, farmácias e consumidor final. Ainda na área da saúde, dois hospitais abriram capital, o Mater Dei (MATD3) e o Care Caledonia (HCAR3).

Uma novidade para a bolsa é a listagem da primeira empresa de produção de sementes de soja no Brasil, a Boa Safra Sementes (SOJA3), considerada líder do



segmento. No setor financeiro, Caixa Seguridade (CXSE3) e a plataforma de investimentos Modal Mais (MODL11) também estrearam na B3.

## 7. Considerações Finais

O pequeno crescimento econômico verificado em fevereiro (1,9%) ainda não é o suficiente para caracterizar uma retomada vigorosa da atividade econômica da economia brasileira, ainda sob os efeitos da pandemia. Nos últimos doze meses até fevereiro a atividade econômica apresentou queda próxima a 4%. Embora os serviços tenham puxado este crescimento de fevereiro, é sintomática sua situação, pois houve queda dos serviços prestados às famílias (-28%) em relação ao mesmo mês de 2020, indicando uma provável queda na demanda por parte das famílias. Com a crise trigêmea (política-sanitária-econômica) era de se esperar o recuo do consumo de certos serviços, como forma de contornar as adversidades atuais. O comércio varejista ampliado também recuou em relação ao ano anterior.

A indústria cresceu modestamente em fevereiro, quando comparada com o mesmo mês de 2020 (0,4%). No acumulado dos 12 meses apresentou queda de 4,2%. A produção de bens de consumo recuou também. Os bens intermediários cresceram um pouco (0,5% em relação ao mesmo mês do ano anterior). A produção de bens de capital foi a que obteve maior crescimento (16,1), contrastando com o baixo nível de FBKF da economia brasileira em 2021.

A inflação ultrapassou a meta de 4,5% anuais, atingindo 6,8% acumulados nos últimos 12 meses (IPCA de abril a abril). Saúde e cuidados pessoais formam o grupo de maior crescimento nos preços (1,19%). O Banco Central, diante do aumento inflacionário, elevou a Selic para 3,5% ao ano.

O mercado de trabalho ainda se mantém desaquecido, atingindo uma taxa de desocupação de 14,4% no primeiro trimestre de 2021 e se mantendo acima da suposta taxa natural de desemprego de 5%. Desocupados e subocupados aproximam-se de  $\frac{1}{4}$  da força de trabalho. Até os ocupados no núcleo do trabalho informal (sem carteira + conta própria) apresentaram quedas em relação ao ano anterior. Apenas os ocupados no setor público mantiveram algum crescimento nas ocupações. Empregadores (capitalistas) também perderam ocupações. Por atividades econômicas, a administração pública ampliou empregos, assim como

também houve ampliação da agropecuária. Os rendimentos do trabalho praticamente estagnaram.

A arrecadação das receitas federais cresceu no primeiro trimestre, mesmo com uma economia fragilizada. A composição da receita administrada pelo governo federal possui uma parcela relativamente reduzida do imposto sobre rendimentos do capital. Os gastos públicos com a dívida pública interna continuam a principal despesa do governo federal, enquanto alguns gastos sociais tradicionais (saúde e educação) se mantêm reduzidos.

O lado externo mostra que a balança comercial brasileira, embora pudesse conter uma maior complexidade produtiva, foi positiva e cresceu no trimestre analisado. Os investimentos externos diretos em março de 2021 ficaram próximos aos do mesmo mês do ano anterior. Houve redução das reservas. O câmbio nominal apresentou desvalorização da moeda nacional.

Houve aumento do crédito, mas com taxas de mercado elevadas. Houve queda da inadimplência. A base monetária variou pouco. O índice IBOVESPA mostrou crescimento em abril de 2021, colocando a bolsa como uma das principais aplicações financeiras.

Os indicadores do boletim parecem apontar para um aspecto macroeconômico fundamental: o baixo dinamismo da economia brasileira associa-se a políticas econômicas tímidas, tanto as relacionadas com a pandemia, como aquelas que poderiam estimular a economia, tais como uma política industrial; uma nova política tributária distributiva; uma ampliação das políticas sociais; estímulos à pesquisa e desenvolvimento; gastos com infraestrutura, dentre outros.

Com o baixo crescimento da economia brasileira amplia-se o desemprego e as baixas remunerações. Nossos problemas estruturais (baixa produtividade, educação, saúde, etc) preexistentes somam-se ao atual quadro pandêmico e assim necessitam de políticas públicas mais agressivas. O controle da inflação por meio do modelo de metas de inflação precisa ser revisto neste momento de crises trigêmeas. A pandemia expôs os problemas estruturais da economia brasileira.

## **OBERVATÓRIO ECONÔMICO E SOCIAL**

### **BOLETIM DE CONJUNTURA ECONÔMICA DA USJT**

COORDENAÇÃO DO BOLETIM: Prof. Miguel Huertas Neto

EQUIPE DE ELABORAÇÃO:

Prof. Gilberto Fernandes da Costa

Prof. Vladimir Camillo Sipriano

Alunos de Graduação em Ciências Econômicas da USJT

Alexandre Izidorio Paschoalato Silva

Ana Carolina Maciel

Claudio Rubens Silva Filho

Leonardo Ferreira Gonçalves

Mayara Santana Silva

Paloma Cristina Machado Leite

Sara dos Anjos Silva

Thayná Coussirat Pompeu Sullivan Ferreira

Victor dos Santos Gallo